



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
CAMPUS IV – JACOBINA – BA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA
CAMPUS II – ALAGOINHAS – BA
CONVÊNIO: UNEB/ AECOFABA/ REFAISA**

**ASPECTOS SÓCIO-AMBIENTAIS DA ÁREA DE FUNDO DE PASTO
DA COMUNIDADE DE PAREDÃO DO LOU NO MUNICÍPIO DE
MONTE SANTO – BA**

**EDVALDO DE JESUS SILVA
IVONE OLIVEIRA DA COSTA
MARIA DO CARMO GUIMARÃES FERREIRA
SANDRA ANDRADE DO NASCIMENTO
SIMONE CONCEIÇÃO SOARES DIAS**

RIACHO DE SANTANA – BA

Novembro – 2004

EDVALDO DE JESUS SILVA
IVONE OLIVEIRA DA COSTA
MARIA DO CARMO GUIMARÃES FERREIRA
SANDRA ANDRADE DO NASCIMENTO
SIMONE CONCEIÇÃO SOARES DIAS

122

ASPECTOS SÓCIO-AMBIENTAIS DA ÁREA DE FUNDO DE PASTO
DA COMUNIDADE DE PAREDÃO DO LOU NO MUNICÍPIO DE
MONTE SANTO – BA

Monografia apresentada aos Cursos de Licenciatura
Plena em História e Geografia do Departamento de
Ciências Humanas-Campus IV Jacobina e aos
Cursos de Biologia e Matemática do Departamento
de Ciências Exatas e da Terra-Campus II Alagoinhas
do convênio UNEB/AECOFABA/REFAISA, sob
orientação do professor M Sc. Jânio Roberto Diniz
dos Santos.



Riacho de Santana – BA
Novembro – 2004

UNEB - DEP. IV - JAC

“Ensinem às suas crianças o que ensinamos às nossas, que a terra é a nossa mãe, tudo que acontece a terra acontecerá aos filhos da terra”.

(Chefe Indígena Seattle)

AGRADECIMENTOS

As nossas famílias que sempre partilharam seus conhecimentos e nos incentivaram a estudar.

A Escola Família Agrícola do Sertão - EFASE que despertou em nós o compromisso, o interesse e o desejo de conhecer e reconhecer o fundo de pasto como uma alternativa viável à permanência do homem e da mulher camponesa na terra.

Aos companheiros e companheiras dos movimentos sociais que no seu empenho e dedicação às lutas sociais do campo alimentam o nosso sonho e coragem de também contribuir para a melhoria da qualidade de vida do sertanejo.

A comunidade Paredão do Lou que com sua hospitalidade sertaneja, nos possibilitou a realização desse estudo, partilhando um pouco de sua história, resistência, organização e harmonia com a terra.

A Rede das Escolas Famílias Agrícolas Integradas do Semi-árido - REFAISA e a Associação das Escolas e Comunidades Famílias Agrícolas da Bahia – AECOFABA pelo empenho na realização desse curso.

A todos os colegas que fizeram desse curso uma grande oportunidade de aprendizado com a vivência em grupo.

Aos professores e professoras pelo compromisso e entusiasmo no processo aprender-ensinar, possibilitando-nos a construção de novos conhecimentos.

Ao professor Jânio Roberto Diniz dos Santos pelas orientações que contribuíram para a realização deste trabalho.

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS.....	i
LISTA DE FOTOGRAFIAS.....	ii
LISTA DE FIGURAS.....	iii
LISTA DE SIGLAS.....	iv
RESUMO.....	v
1. INTRODUÇÃO.....	12
1.1 - Reflexões Teóricas.....	16
1.2 – Metodologia.....	21
2. O MUNICÍPIO DE MONTE SANTO NO CONTEXTO DE NEGAÇÃO DA DIGNIDADE CAMPONESA.....	22
2.1 - Caracterização e localização.....	22
2.2 - Breve histórico da ocupação e do povoamento do município.....	23
2.3 - Aspectos sócio-econômico-ambientais.....	27
2.3.1 – Indicadores sócio-econômicos.....	28
2.3.2 – Índices educacionais do município.....	29
2.3.3 – Quadro da saúde municipal.....	30
2.3.4 – Agropecuária no município.....	31
2.3.5 – Estrutura fundiária do município.....	33
2.3.6 – A Questão ambiental.....	34
3. ORGANIZAÇÃO E REGULARIZAÇÃO DAS ÁREAS DE FUNDO DE PASTOS NAS COMUNIDADES AGRÍCOLAS DE MONTE SANTO.....	35
4. O FUNDO DE PASTO NA COMUNIDADE DE PAREDÃO DO LOU.....	37
4.1 – A comunidade de Paredão do Lou: História.....	37
4.2 – Aspectos sócio-ambientais da comunidade.....	40
4.3 – A história do Fundo de Pasto.....	44
4.4 – Organização dos agricultores e regularização do Fundo de Pasto.....	50

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....55

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....58

ANEXOS

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Notificação de Doenças Transmissíveis – Monte Santo – BA 1998/89.....	31
Tabela 2 – Área Colhida, Produção e Rendimento Médio – Monte Santo – BA.....	32
Tabela 3 – Efetivo de Rebanhos e Produtos de Origem Animal – Monte Santo – BA 1996.....	33
Tabela 4 – Total de Imóveis Rurais e Áreas - Monte Santo – BA.....	34

LISTA DE FOTOGRAFIAS

FOTOGRAFIA 1 – Vista parcial da praça principal de Monte Santo.....	27
FOTOGRAFIA 2 – Cultivo de Mandioca.....	32
FOTOGRAFIA 3 – Descendentes dos primeiros moradores da comunidade.....	37
FOTOGRAFIA 4 – Açude do Paredão.....	38
FOTOGRAFIA 5 – Fundo de Pasto na época da seca.....	39
FOTOGRAFIA 6 – Renovação da caatinga do Fundo de Pasto.....	42
FOTOGRAFIA 7 – Famílias criadoras na área de Fundo de Pasto.....	45
FOTOGRAFIA 8 – Criações no chiqueiro.....	46
FOTOGRAFIA 9 - Barragem conseguida pela associação	53

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Mapa da Região Nordeste da Bahia.....	12
FIGURA 2 – Mapa do município de Monte Santo – BA.....	22
FIGURA 3 – Renda Familiar dos criadores do Fundo de Pasto da comunidade de Paredão do Lou.....	44
FIGURA 4 – Comercialização da produção pecuária da comunidade Paredão do Lou.....	48
FIGURA 5 – Animais criados pelas famílias da comunidade de Paredão do Lou.....	50
FIGURA 6 – Filiação dos sócios na Associação Comunitária Agro-Pastoril de Paredão do Lou.....	52

LISTA DE SIGLAS

- ARPA** – Associação Regional Pró-Água
- CAFFP** – Central de Associações de Fundo e Fecho de Pasto
- CDA** – Coordenação de Desenvolvimento Agrário
- CEDLEM** – Colégio Estadual Deputado Luis Eduardo Magalhães
- CPT** – Comissão Pastoral da Terra
- EFASE** – Escola Família Agrícola do Sertão
- FUNDEF** – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
- IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IEMS** – Instituto de Educação Monte Santo
- INCRA** – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- INTERBA** – Instituto de Terras da Bahia
- IRPAA** – Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada
- OMS** – Organização Mundial de Saúde
- ONG** – Organização Não Governamental
- PNUD** – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
- SEI** – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
- SESAB** – Secretaria Estadual de Saúde e Saneamento Básico
- SMS** – Secretaria Municipal de Saúde
- STR** – Sindicato dos Trabalhadores Rurais

RESUMO

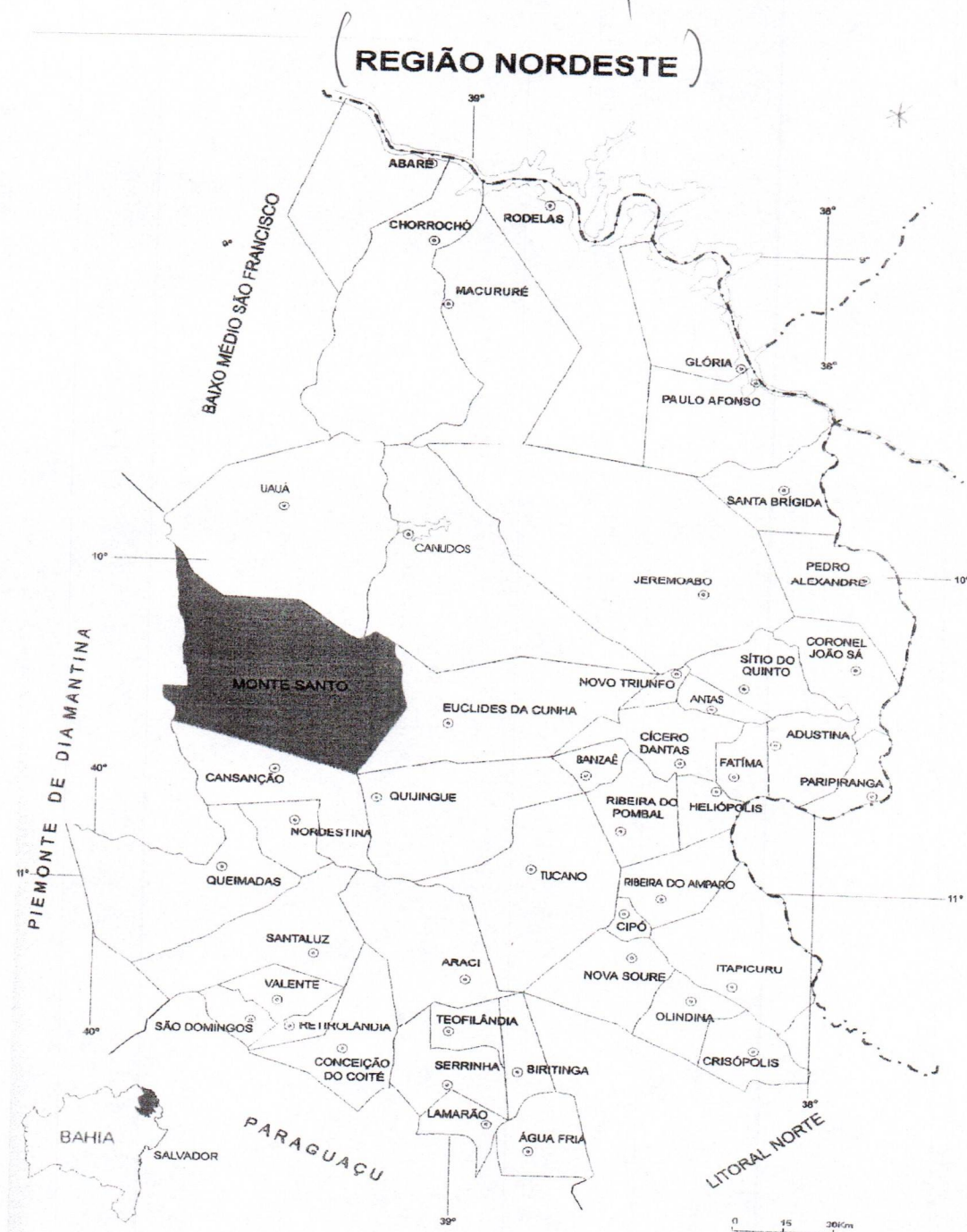
O Fundo de Pasto é uma forma secular de utilização coletiva da terra, sobretudo para o pastoreio extensivo de animais de pequeno porte (caprinos e ovinos) praticada por comunidades rurais principalmente na Região Nordeste da Bahia. Pelo fato desse sistema ser de grande relevância para essas comunidades é que escolheu-se a área de Fundo de Pasto da comunidade de Paredão do Lou como sujeito/objeto desse trabalho, objetivando estudar os seus aspectos sócio-ambientais, a sua organização e quais as formas de preservação ambiental utilizadas por esta. Para tanto foi utilizado o método indutivo e realizadas entrevistas com descendentes dos primeiros moradores, com 20% dos criadores e com 30% dos diretores da Associação Agro-Pastoril local. A pesquisa indicou que, apesar das dificuldades enfrentadas pelos seus moradores devido à ausência de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento do campo, o mesmo apresenta-se como uma estratégia coletiva eficaz de sobrevivência, permanência e manutenção do pequeno produtor na terra pautada nos princípios da solidariedade, da organização e na preservação da caatinga.

Palavras-chaves: fundo de pasto, camponeses e aspectos sócio-ambientais.

1. INTRODUÇÃO

O município de Monte Santo está localizado a 352 km de Salvador fazendo parte da 6ª Região Econômica do estado da Bahia, a Nordeste, estando inserido no polígono das secas.

FIGURA 1 – Mapa da Região Nordeste da Bahia



Segundo o IBGE (2000) a população do município é de 54.552 mil habitantes, sendo 86,7% residentes na zona rural. Com este alto índice de população rural, a terra constitui-se num elemento imprescindível para a sustentação econômica das famílias, pois é através da produção de cultivos agrícolas e da pecuária que estas encontram seu meio de sobrevivência.

Pelo fato da criação de animais de pequeno porte, sobretudo os caprinos de estrutura rústica, ser adaptada a regiões com baixo índice pluviométrico e vegetação predominante de caatinga, as famílias sertanejas, ao longo de sua história deram origem às áreas de criação extensiva que ficavam mais próximas de suas residências, as quais foram sendo utilizadas por todos aqueles que residiam na comunidade e que posteriormente, foram denominadas Fundos de Pastos.

O Fundo de Pasto é uma área de terra de uso coletivo utilizada para a produção agropecuária e a preservação ambiental, tendo como destaque a criação extensiva de caprinos, maior fonte de renda dos moradores dessas áreas.

Através do sistema de Fundos de Pastos os criadores se organizam por meio de associações que asseguram juridicamente o direito de posse da terra, discutindo e definindo as relações de uso e preservação destas áreas. Além disso, a posse comunitária da terra aparece então como uma alternativa de sobrevivência e como uma estratégia que essa população vem utilizando para manter a sua organização da produção ou para assegurar a sua reprodução enquanto pequenos produtores com relativa autonomia. Outro fator relevante é a resistência social, que se manifesta através do enfrentamento da grilagem¹, nas lutas travadas contra os diversos agentes que se interpõem no sentido de desestruturação de suas condições de existência como camponeses.

Em relação à questão ambiental, os Fundos de Pastos se apresentam como uma alternativa voltada para a preservação da natureza, pois a necessidade de manter,

¹ O termo grilagem se refere ao processo de invasão das áreas de uso comunitário por fazendeiros, ocorrido a partir dos anos 60. Muitas dessas invasões estavam acompanhadas de documentos de propriedade que eram forjados por esses invasores que, para envelhecer o papel o deixavam numa gaveta velha, preferencialmente que tivesse a presença de grilos, favorecendo assim o processo de envelhecimento do suposto documento, daí o termo grilagem e as pessoas que passaram a praticar esse ato passaram a ser denominados grileiros.

principalmente a vegetação que serve de alimento para a criação, faz com que o sertanejo se abstenha de práticas depredadoras do meio ambiente.

Os Fundos de Pastos situados principalmente na Região Nordeste da Bahia, são de grande importância não somente para as pessoas que neles habitam, mas para toda a região, pois servindo de meio de produção, eles influenciam e dinamizam a economia local e regional que gira em torno da produção agro-pastoril.

Considerando toda essa importância dos Fundos de Pastos, é que escolheu-se como sujeito/objeto de estudo desta pesquisa, acreditando que um maior conhecimento das relações sócio-ambientais tornará evidente que esse sistema de produção e de organização da comunidade representa efetivamente uma alternativa de sobrevivência às condições da caatinga semi-árida. Além de se constituir uma estratégia de enfrentamento ao modelo dominante no tocante às relações sociais, ambientais e de produção familiar. No entanto, dentre as 34 áreas de Fundos de Pastos do município de Monte Santo, escolheu-se realizar esta pesquisa na comunidade Paredão do Lou, uma área de Fundo de Pasto que vem se destacando pelo seu potencial de organização e de produção. Motiva-nos também o fato de, enquanto monitores/professores da Escola Família Agrícola do Sertão², convivermos com essa realidade através do contato com alunos, filhos de produtores dessa comunidade.

O município de Monte Santo, onde está situada a área de Fundo de Pasto de Paredão do Lou, dispõe principalmente, de duas alternativas agrícolas como fonte de permanência da população do-campo e garantia de renda para as famílias. Uma delas consiste na agricultura de subsistência pautada no cultivo de culturas temporárias como o feijão, o milho e a mandioca. A outra atividade é a criação de animais de pequeno e médio porte que vem sendo desenvolvida nas roças de sequeiros e nas áreas de Fundos de Pastos.

²A Escola Família Agrícola do Sertão - EFASE, localiza-se na comunidade Lagoa do Pimentel no município de Monte Santo. É uma escola que atende aos filhos de agricultores e agricultoras da região, sendo que atualmente recebe alunos de 11 municípios. A EFASE adota a Pedagogia da Alternância, que tem como princípio metodológico a alternância de períodos na escola e no meio familiar-comunitário do aluno, onde este desenvolve atividades junto à sua família e aos moradores da comunidade, o que permite que os monitores/professores que atuam na EFASE possam ter um contato com a realidade dessas famílias e comunidades.

Nesse contexto a pesquisa foi desenvolvida com o objetivo de analisar os aspectos sócio-ambientais que constituem o sistema de Fundo de Pasto dessa comunidade e, mais especificamente, verificar se essa estratégia tem contribuído na melhoria das condições de vida da população que o pratica, bem como identificar a sua contribuição à preservação ambiental.

Para tanto, vários questionamentos foram feitos no intuito de nortear esta pesquisa.

- a) Até que ponto o fundo de pasto vem promovendo a melhoria das condições de vida para essa Comunidade?
- b) Como se dá a organicidade do Fundo de Pasto, quais os agentes e atores sociais envolvidos nesse processo?
- c) Como se dá a preservação ambiental nas áreas de Fundo de Pasto?

Para responder essas questões, o trabalho encontra-se dividido em cinco capítulos.

No presente capítulo, introduz-se o trabalho apresentando as reflexões concernentes ao tema em estudo e a metodologia utilizada na realização do mesmo.

Ao segundo capítulo, coube a caracterização e localização, o povoamento e os aspectos sócio-ambientais do município de Monte Santo no contexto da dignidade camponesa roubada.

No terceiro capítulo, apresenta-se como se deu o processo de regularização e organização nas comunidades agrícolas de Monte Santo.

O quarto capítulo expõe a história, os aspectos sócio-ambientais da comunidade Paredão do Lou e a história, organização e regularização do seu Fundo de Pasto.

Finalmente, no quinto e último capítulo, apresenta-se as considerações finais a respeito do Fundo de Pasto.

1.1. REFLEXÕES TEÓRICAS

Segundo Garcez (1987: 21), o termo Fundo de Pasto corresponde à figura jurídica do *compascuo* que na terminologia do direito brasileiro significa pasto comum ou local em que se apascenta o gado comunitariamente. Essa forma de utilização e posse da terra denominada Fundo de Pasto é uma prática desenvolvida especialmente, na Região Nordeste da Bahia.

Caracteriza-se pela ocupação e uso da terra de forma comum por uma determinada coletividade que, além dos laços de parentesco, compadrio e proximidade, tem em comum, a criação de animais de pequeno e grande porte (caprinos, ovinos e bovinos), soltos na área. Essa característica retrocede aos primórdios de ocupação portuguesa no Nordeste brasileiro, derivado das Capitânicas Hereditárias e posteriormente das sesmarias³. É, provavelmente herança da forma comunal de ocupação das terras em Portugal e Espanha.

Para se entender a gênese dessa forma específica de pequena produção, deve-se reportar ao histórico da ocupação econômica da Região Nordeste da Bahia e mais ainda, à forma como se deu a exploração do interior baiano.

Em 1549 o então governador Tomé de Souza tomou a iniciativa de conceder a Garcia D'Ávila extensas áreas de terras, introduzindo na Bahia a criação do gado bovino, que havia sido iniciada no Brasil em 1534, na Capitania de São Vicente. Aproximadamente na mesma época foram doadas à família Guedes de Brito grandes extensões de terras nos sertões baianos. O poderio e o domínio desses dois troncos familiares é bastante marcante na história dos sertões da Bahia. (COTRIM, 1991: 32).

Segundo Borges de Barros apud Cotrim (1991: 33) os senhores da Casa da Torre (família D'Ávila) e os senhores da Casa da Ponte (os Guedes de Brito) tiveram papel de relevo na colonização do Nordeste, Sudeste e Oeste baianos, competindo

³ Sistema de divisão de terras implantado em Portugal no século XIV e no Brasil no século XVI, com o objetivo de propiciar uma melhor divisão e utilização das terras brasileiras. (Charles Boxer).

entre si por imensas extensões de terras, que abrangiam um espaço de 160 léguas, correspondente a 960 km.

Com o fracionamento das duas referidas sesmarias, observa-se na região, principalmente na caatinga que as parcelas foram alienadas sem que se procedessem à medição e demarcação dessas glebas. As fazendas que resultaram dessa fragmentação por herança, por compra, por aforamento ou outro qualquer título, revelaram a mesma imprecisão de limites primitivos dessas áreas. "Uma fazenda que começa na estrada que vai para o rio e termina em uma pedra perto da casa de José de tal" (GARCEZ, 1987: 33).

Com a não declaração das terras, a partir de 1850, essas áreas tornaram-se áreas devolutas e, portanto, propriedade do Estado. Daí foram ocupadas por camponeses que já as possuíam de fato, pois ali residiam e delas tiravam seu sustento, mesmo não sendo regularizadas.

A ocupação econômica da Região Nordeste da Bahia se dá inicialmente, com a utilização das terras mais férteis, geralmente localizadas nas proximidades dos rios, bordas de lagoas e brejos, em uma agricultura de autoconsumo, sendo que os campos abertos eram utilizados em comum para uma pecuária extensiva. É com o movimento dos criadores, buscando novas pastagens para seus rebanhos que se inicia a ocupação econômica da área do Sertão.

Aos poucos, a região utilizada pelo gado bovino, foi transformando-se numa região ocupada pelo gado caprino, pois com o baixo índice pluviométrico e pela própria alimentação oferecida pela caatinga, este se adapta melhor a tais condições. Salienta-se que, devido ao clima semi-árido, o cultivo de produtos agrícolas torna-se incerto.

Os caprinos pela sua estrutura rústica, dado o alto grau de resistência que apresenta às intempéries da região e dada também a adaptabilidade às condições de vida de seus habitantes, aparece como atividade predominante e base da vida econômica das comunidades praticantes. (GARCEZ, 1987 p. 25).

O Fundo de Pasto caracteriza-se como área de preservação ambiental, uma vez que a criação depende de uma extensa área para o pastoreio, o que faz do desmatamento uma prática não apropriada ao sistema, pois a necessidade de manter, principalmente a vegetação que serve de alimento para a criação, faz com que o sertanejo se abstenha de práticas depredadoras do meio ambiente. Nesse sentido percebe-se uma interação entre o homem e o ambiente em que vive.

O meio ambiente natural e a sociedade humana estão estreitamente ligados: a humanidade se não é derivada de uma determinada cultura, necessariamente é construída dos elementos notáveis do ambiente social e físico de um povo. Como meio de vida, essa sociedade reflete os ritmos e as limitações do meio ambiente natural.

Segundo Yi-fu Tuan (1980: 112), o trabalhador rural trabalha junto a Terra: sua relação com a natureza é um misto de amor e ódio. O apego à terra dos pequenos agricultores é profundo, conhecem a natureza porque ganham a vida com ela. Para o trabalhador rural a natureza forma parte deles e a beleza, como substância e processo pode-se dizer que os qualificam. Sabem que podem ser melhores em outras ocupações, mas ficam na Terra porque a amam e há o desafio de fazer produzir.

Para mim, minha Terra está sempre aí, esperando-me e é parte de mim, bem no fundo do meu ser; é tão minha como meus braços e pernas. E a Terra é amiga e inimiga; são as duas coisas. A terra dirige meu tempo e meus estados de ânimo; se a colheita vai bem eu me sinto bem, se há problemas com ela, há problemas comigo. (YI-FU TUAN, 1980: 112)

Outro aspecto relevante além do ambiental das áreas de Fundo de Pasto é sua organização social, que tem o trabalho comunitário como elemento primordial e indispensável para a manutenção da área. Através de associações, os produtores organizados garantem a posse da terra, determinando regulamentos em relação ao uso coletivo da terra, preservação e produção, que devem ser respeitados por todos os sócios e criadores.

As associações de produtores dos Fundos de Pastos são denominadas Agro-Pastoris⁴ e constituem-se num modelo de organização local dos agricultores familiares, mais difundido entre os anos 80 e 90.

Segundo o documento produzido pela Articulação Estadual dos Fundos de Pastos da Bahia (2003: 5), a maioria das associações nasceu da conjunção de três fatores:

1. A necessidade para os sítios e comunidades de dotar-se de representação jurídica, no caso específico dos fundos de pastos baianos para criarem um ente jurídico capaz de receber o título coletivo das terras nos idos de 1984-1987;
2. A intervenção de atores externos: igrejas, ONG's, órgãos de extensão, projetos públicos;
3. A existência de ajudas e financiamentos reservados a projetos associativos ou comunitários.

As associações são sociedades civis sem fins lucrativos. Devem redigir e publicar seus estatutos, eleger e renovar suas diretorias e o conselho fiscal. As discussões importantes geralmente, são tomadas em suas reuniões e assembléias . Observa-se uma grande diversidade das formas e maturidade, da cooperação associativa e de organização devido à permanência de práticas camponesas e a adaptação permanente de novas formas de coordenação da ação coletiva.

A organização dos camponeses intensificou-se a partir dos anos setenta, quando foi decretada a Lei do "Pé Alto" ou Lei dos "Quatro Fios", que obriga o uso de cercas com quatro fios de arame, isso porque o gado (o "pé alto") não necessita de muitos fios para retê-lo na propriedade, enquanto os animais de pequeno porte penetram sem dificuldade dentro da grande propriedade, sendo então perseguidos, maltratados e às vezes, mortos.

A partir daí inicia-se o processo de grilagem das terras coletivas das comunidades rurais, sobretudo no Nordeste da Bahia, inclusive, com o apoio principalmente, dos governos estaduais através do financiamento para compra de terras com fins

⁴ Entende-se como Agro-Pastoril a associação de produtores rurais que desenvolvem atividades não só de âmbito agrícola ,mas também vinculada ao pastoreio comunitário de animais.

especulativos. Esses financiamentos provocaram um processo de valorização das terras da região, ocorrendo assim, muitos casos de invasão das terras dessas comunidades pasteiras por grileiros. A ameaça por parte da grilagem fez com que os produtores travassem com os poderes públicos uma série de embates reivindicando a medição e a demarcação dessas terras que pertencem às comunidades a mais de dois séculos.

A partir de 1984, o Instituto de Terras da Bahia – INTERBA, diante desses conflitos, procedeu, embora de forma bastante tímida, dada a demanda ainda hoje reprimida, com a discriminação entre as terras devolutas e as de domínio particular existentes na região e o cadastramento da respectiva população. A solução encontrada a partir deste trabalho do órgão governamental, foi à realização de uma parceria com a Corregedoria do Estado para procederem com o levantamento cartorial para então, através das associações conseguir a regularização fundiária coletiva.

Com a contribuição de organizações não-governamentais e de organismos ligados à igreja católica, como a Comissão Pastoral da Terra – CPT, as comunidades tiveram seu sistema de utilização comunitária da terra reconhecido pela Constituição baiana em 1988, que no seu artigo 178, parágrafo único, traz a seguinte determinação:

No caso de uso e cultivo das terras sob forma comunitária, o Estado, se considerar conveniente poderá conceder o direito real da concessão de uso, gravado de cláusula de inalienabilidade à associação legitimamente constituída, especialmente nas áreas denominadas de fundos de pastos ou fechos e nas ilhas de propriedade do Estado, vedada a este transferência do domínio.

Com o reconhecimento jurídico, as comunidades organizadas através das associações agro-pastoris, continuaram a reivindicar junto aos órgãos competentes a medição e a titulação das terras.

Como um reflexo do nível de organização das associações, existe atualmente a Articulação Estadual das Áreas de Fundo e Fecho de Pasto⁵. De acordo com esta

⁵ De acordo com GARCEZ (1987), os Fechos de Pastos constituem-se na posse comunitária fechada no fundo, com cercas feitas pelos produtores, cada um sendo proprietário de um determinado número de metros de cercas, dentro da qual praticam a criação extensiva de gado bovino.

Articulação os Fundos e Fechos de Pastos contam atualmente com uma população estimada em 18.490 famílias envolvidas diretamente e com cerca de 300 associações comunitárias agro-pastoris nas cinco microrregiões homogêneas da Bahia, sendo elas: Senhor do Bonfim, Sertão de Canudos, Corredeira do São Francisco, Baixo Médio São Francisco e Médio São Francisco.

1.2. METODOLOGIA

A pesquisa realizada é essencialmente qualitativa. Apoiou-se no método indutivo, visto que este permite a análise de casos particulares de uma determinada realidade cotidiana para, a partir desta análise, estabelecer relações com um contexto mais global. Acredita-se que a partir das análises feitas com relação aos aspectos sócio-ambientais da área em estudo, é possível realizar conclusões mais globais a respeito do sistema de fundo de pasto nas outras áreas.

Considerando de fundamental importância para o aprofundamento do tema, primeiramente foi feita uma revisão bibliográfica; posteriormente, foram realizadas entrevistas com descendentes dos primeiros moradores da comunidade de Paredão do Lou visando informações sobre a história dessa comunidade; foram aplicados questionários com questões abertas e fechadas para 30% dos diretores da associação para levantar informações sobre a mesma (fundação, estatuto, atuação, parcerias) e a regularização da área de Fundo de Pasto; foram aplicados também questionários com questões fechadas e entrevistas com 20% dos criadores associados na Associação Agro-pastoril da comunidade em estudo para obter dados e informações sobre a utilização do Fundo de Pasto e aspectos sócio-ambientais da área. Dada a obtenção desses dados e informações foram realizadas a tabulação e análise dos mesmos, verificando se a experiência de Fundo de Pasto na comunidade Paredão do Lou constitui-se numa estratégia de sobrevivência e permanência das famílias no campo.

2. O MUNICÍPIO DE MONTE SANTO NO CONTEXTO DE NEGAÇÃO DA DIGNIDADE CAMPONESA

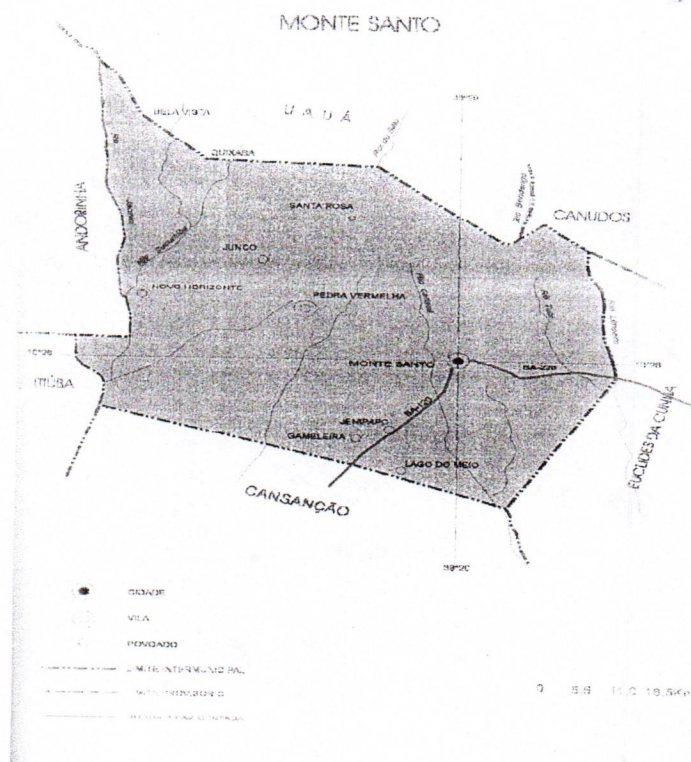
2.1. CARACTERIZAÇÃO E LOCALIZAÇÃO

O município faz parte da Microrregião Geográfica de Euclides da Cunha, de acordo com a nova divisão do IBGE. Localiza-se a aproximadamente 190 km de distância da Sede Administrativa Estadual de Serrinha. Em relação à Salvador, capital do estado, a distância é de 352 km.

As coordenadas geográficas da sede do município são as seguintes: 10° 26' Latitude Sul e 39° 20' Longitude Oeste, com uma altitude de 489 metros.

Incluído totalmente no “Polígono das Secas”, limita-se com seis municípios, sendo estes: Euclides da Cunha, Cansanção, Itiúba, Andorinha, Uauá e Canudos. Possui uma área total de 3.298,40 km².

FIGURA 2 – Mapa do Município de Monte Santo - BA



2.2. BREVE HISTÓRICO DA OCUPAÇÃO E DO POVOAMENTO DO MUNICÍPIO

Em 1775, exercia o sacerdócio no antigo aldeamento de índios de Massacará (hoje situado no município de Euclides da Cunha), o capuchinho Frei Apolônio de Toddi, que visitou a Fazenda Lagoa da Onça, de propriedade de Francisco da Costa Tôrres, a fim de realizar ali uma missão. Chegando à fazenda Lagoa da Onça em fins de outubro de 1775, a população aí não se reuniu para ouvir o missionário devido à escassez de água no local. Resolveram então fazer a “missão” num logradouro de gado denominado “Piquaraça”, integrada à fazenda Soledade que pertencia ao imenso latifúndio denominado de “Casa da Torre” e foi arrendada a João Dias de Andrade em 1750.

A “missão” terminou no dia 1º de novembro, quando houve uma procissão de penitência ao cume do monte ali existente, onde foi levantado um cruzeiro. À proporção que subiam o monte, iam os fiéis cravando cruzes de madeira a espaços regulares e na seguinte ordem: a primeira dedicada às almas, as sete seguintes representando as dores de Nossa Senhora, e as quatorze restantes lembrando os sofrimentos de Jesus.

Atualmente, existem, nos lugares das cruzes, capelas de alvenaria contendo painéis desgastados pelo tempo, representando os passos do martírio de Jesus. Vale ressaltar a contribuição de Antonio Conselheiro e seus seguidores nesta construção.

Contava Frei Apolônio que uma tempestade atemorizou os fiéis durante a procissão, mas as preces do piedoso frade fizeram abrandar a tempestade, o que se considerou um milagre. Ao chegar ao cume uma nuvem luminosa se mostrou aos fiéis e precedeu a procissão pairando sobre o lugar onde se achava edificada a Capela de Nossa Senhora das Dores. A partir deste dia a serra de Piquaraça passou a denominar-se Monte Santo.

Diz o relato de Frei Apolônio que apareceu um arco-íris na direção das cruzes, sendo uma das extremidades sobre a última das cruzes e a outra sobre o lugar onde está a Capela de Nossa Senhora das Dores. O fenômeno perdurou por muito tempo, mesmo depois de haver o piedoso frade, que do fato fora informado, haver retornado

de Tucano e feito construir o caminho do Santuário, por onde atualmente os romeiros levam a efeito as suas peregrinações.

As terras do atual município integravam uma fazenda de gado da Casa da Torre vendida posteriormente a Francisco da Costa Torres, sendo o outorgante Manuel Felix de Andrade, procurador da Casa da Torre. O arrendatário da Fazenda Soledade, onde ficava o logradouro Pico Araçá ou Piquaraça, local onde está situada atualmente a cidade, era João Dias de Andrade. Consideram-se como os primeiros povoadores de Monte Santo: Francisco da Costa Tôrres, da fazenda Laginha, Domingos Dias de Andrade, José Maria do Rosário da fazenda Damásio, e João Dias de Andrade da fazenda Acarú.

A capela foi elevada à categoria de freguesia no ano de 1790 com o nome de Santíssimo Coração de Jesus e Nossa Senhora da Conceição de Monte Santo, sendo seu primeiro pároco o padre Antonio Pio de Carvalho.

O distrito de Monte Santo, pertencente ao termo de Itapicuru de Cima, foi criado em 1794. O arraial foi elevado à categoria de vila pela Lei Provincial número 51, de 21 de março de 1837, que criou também o município, ocorrendo a inauguração à 15 de agosto do mesmo ano. O município recebeu o nome de Coração de Jesus de Monte Santo. A primeira eleição realizou-se no dia 30 de agosto de 1837, sendo eleito o padre José Vitor Barberino Barbosa Melo Pereira Silva e Matos.

Pela lei nº 253, de junho de 1898, foi criado o município de Cumbe, desmembrado de Monte Santo, voltando em 1927 a ser incorporado novamente a este, sendo pelo Decreto – lei 8624, de 19 de setembro de 1933, novamente desmembrado para se constituir o atual município de Euclides da Cunha.

Do seu território foi desmembrado pela Lei Estadual nº 1866, de 9 de julho de 1929, o município de Uauá, que de Vila foi elevada à categoria de cidade.

Na sede de Monte Santo foram instalados: a Coletoria Estadual em 21 de março de 1837; a primeira Escola Estadual em 24 de abril de 1838; o primeiro Cartório do Registro Civil em 5 de setembro de 1877 e a Coletoria Federal em 5 de julho de 1917.

Em 1950 o município possuía duas aglomerações urbanas, a cidade de Monte Santo com 1591 habitantes e a vila de Cansação com 1285 habitantes. Além da cidade e da vila os principais povoados em 1957 eram os seguintes: Pedra Vermelha – 180 habitantes, Santa Rosa – 200 habitantes, Lagoa do Meio – 280 habitantes, Horizonte Novo – 60 habitantes, Gameleira – 90 habitantes e Lagoa das Pedras – 68 habitantes.

A população do município de Monte Santo, segundo o Recenseamento de 1950, era de 36.507 habitantes, sendo que homens 17.787 e mulheres 18.795 do total da população, 92% localizava-se na zona rural. A densidade demográfica era de 8,5 habitantes por km².

Em 1956, funcionavam no município 24 escolas do ensino primário fundamental comum com mais de 1000 matrículas, e 15 da Campanha de Alfabetização de Adultos. Das unidades escolares, nove eram estaduais e 15 municipais, destacando-se a Escolas Reunidas Padre Roma, na sede municipal.

Existia ainda na sede municipal uma biblioteca com menos de 1000 volumes mantida pela Agência Municipal de Estatística, um cinema e a Sociedade Cultural de Monte Santo. Funcionavam também três serviços de alto-falantes.

Monte Santo também servia de cenário nos conflitos de Canudos. Na época, o prédio onde funcionava a Prefeitura Municipal, serviu de Quartel-General às tropas que combateram Antonio Conselheiro. Hospedaram-se no local, o próprio Ministro da Guerra, o General Carlos Machado de Bittencourt, que organizou o último grupamento militar que atacou e destruiu o Arraial do Bom Jesus ou Belo Monte, reduto do “Conselheiro”. O escritor Euclides da Cunha quando de sua passagem como repórter de jornais do Rio de Janeiro, hospedou-se em Monte Santo e mais tarde faria uma excelente descrição da região na sua obra “Os Sertões”. Outro acontecimento histórico que marcou o município de Monte Santo se deu em 1784, quando o cidadão Joaquim da Motta Botelho encontrou perto do riacho Bendegó, uma grande pedra metálica, que depois de anos constatou-se ser um meteorito. Representantes do Governo da Bahia com apoio da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro conseguiram recursos financeiros junto ao imperador D. Pedro II para

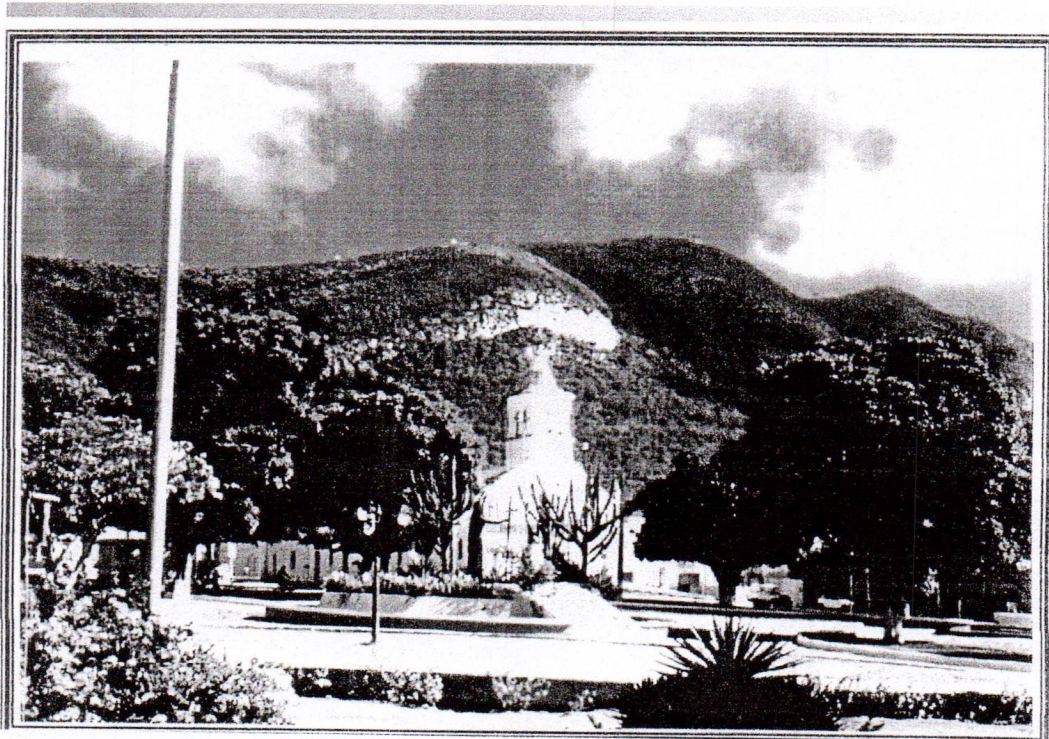
transportar o meteorito, que em carretão puxado por bois deslocou-se até a estação Jacurici, da Estrada de Ferro Bahia ao São Francisco, e dali por trem até Salvador. Daí, desembarcando em 28 de maio de 1888, onde foi recebido pela Princesa Regente D. Isabel, representantes da Corte e membros da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro além de outras autoridades da época.

Encontra-se, hoje em dia o meteorito “Bendegó” no Museu Nacional, na Quinta da Boa Vista, Rio de Janeiro desde 27 de Novembro de 1888. Há ainda fragmentos desse meteorito em diversos museus do mundo como em Londres, Viena e Berlim.

Na história de Monte Santo destaca-se as ocorrências folclóricas que geralmente se davam nos meses de janeiro, fevereiro e junho, destacando-se os reisados e os festejos juninos. O primeiro ocorria de preferência na zona rural e reunia cânticos e danças ao som de violas, pandeiros, gaitas e sanfona, dirigindo-se o grupo a residência de determinada pessoa, em cuja porta cantavam e dançavam vários bailados ao compasso de palmas. Depois de certo tempo, o dono da casa dava permissão para entrar no recinto, realizando-se assim o baile que ia até o dia seguinte. Outra manifestação folclórica eram os chamados “ternos”, onde usando trajes especiais os componentes saíam á rua para visitar a Matriz onde se encontrava o presépio. Logo depois se dirigiam às casas residenciais, onde na última ocorria festa dançante.

No ano de 1963, Monte Santo passou por um alvoroço nunca visto antes. O cineasta Glauber Rocha, mais quatro assistentes, subiam o Monte para estudar as locações do filme “Deus e o Diabo na Terra do Sol”, a ópera sertaneja consagrada como obra prima do cinema nacional. A grande fé sertaneja e os infortúnios do homem nordestino estão dignamente retratados neste filme.

Em 1986, a Rede Globo usaria os cenários de Monte Santo para a produção da mini-série “O Pagador de Promessas”, baseada na obra do escritor Dias Gomes, retratando novamente a vida do sertanejo, onde o mais precioso bem, a terra é negado aos camponeses, gerando conflitos.



FOTOGRAFIA 1 – Vista Parcial da Praça Principal de Monte Santo.

2.3. ASPECTOS SÓCIO-ECONÔMICO-AMBIENTAIS

O município de Monte Santo, assim como a maioria dos municípios da região semi-árida, possui uma certa similaridade, principalmente no que se refere aos seus aspectos sociais, econômicos e ambientais. São municípios onde a intervenção climática, o desenvolvimento de atividades econômicas, a questão agrária e as relações sociais se mostram concomitantemente similares e problemáticas.

Municípios onde a ocupação econômica se deu com a utilização das terras mais férteis para a agricultura de subsistência e das áreas mais abertas para a criação extensiva de gado. Entre as atividades que obtiveram expressões produtivas na região semi-árida está o sisal que em determinado período forneceu matéria-prima para a então crescente indústria de fiação do centro-sul do país.

Dessa forma o município de Monte Santo apresenta suas características nas atividades citadas e que serão esclarecidas adiante, sendo que as relações sociais são reflexos da base econômica. O município encontra sua fragilidade nos períodos de seca, quando a população, principalmente a do meio rural, sobrevive com

alternativas de subsistência que vão desde culturas tradicionais a apoios, muitas vezes, paliativos, de projetos governamentais que momentaneamente acalmam a população de suas necessidades e angustias, não fornecendo condições reais de produção e bem-estar social.

Na zona rural, muitas famílias vivem com recursos provenientes da aposentadoria dos membros mais idosos do núcleo familiar, outros, principalmente as mulheres, têm vínculo empregatício com a prefeitura municipal. Na zona urbana, esse vínculo se amplia ainda mais.

2.3.1 INDICADORES SÓCIO-ECONÔMICOS

Segundo a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia - SEI, a população do município de Monte Santo, durante o período de 1991 a 2000, teve uma média de crescimento anual de 0,72%, passando de 51.280 em 1991 para 54.552 em 2000. Vale lembrar que aproximadamente 87% de sua população é eminentemente rural, tornando-se o quarto município da Bahia com maior concentração rural. A taxa de urbanização cresceu 39,91%, passando de 9,47% em 1991 para 13,25% em 2000.

No período de 1991-2000, a taxa de mortalidade infantil do município diminuiu 38,41%, passando de 98,56 (por mil nascidos vivos) em 1991 para 60,70 em 2000, e a esperança de vida ao nascer aumentou em 5,60 anos, passando de 54,59 anos em 1991 para 60,19 anos em 2000.

Em relação ao nível educacional da população adulta (25 anos ou mais), a taxa de analfabetismo diminuiu, passando de 66,3% em 1991 para 54,0% em 2000. Ressalta-se nesse ponto que embora o índice de analfabetismo tenha diminuído no município, o mesmo se encontra, segundo a SEI, entre os cinco com maior índice de analfabetismo do estado.

Segundo dados obtidos do Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento – PNUD (2000), o acesso a serviços básicos como água encanada, representa 14,7% dos domicílios, energia elétrica 39,5% e coleta de lixo (somente em domicílios urbanos) 71,0%.

No que diz respeito ao acesso a bens de consumo, verifica-se que há uma deficiência muito grande em relação a alguns bens que são comumente utilizados em outras regiões do país. Pode-se citar como exemplo a geladeira onde somente, 14,7 dos domicílios monte-santenses têm acesso a esse bem. O acesso à televisão, teve um significativo aumento passando de 7,4% em 1991, para 26,5% em 2000. Em relação ao telefone pode-se verificar que a população do município ainda não tem um eficaz acesso a esse serviço, pois somente 1,7% dos domicílios possuem telefone em suas residências e apenas 0,7% tem acesso a computadores.

Embora a pobreza (medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 75,50, equivalente à metade do salário mínimo vigente em agosto de 2000) tenha diminuído 7,91%, passando de 87,3% em 1991 para 80,4% em 2000, o município encontra-se, segundo o PNUD, em uma situação ruim ocupando a 5399ª posição em relação aos outros municípios do Brasil, sendo que 5.398 municípios (98,0%) estão em situação melhor e 108 municípios (2,0%) estão em situação pior ou igual.

Em relação aos outros municípios do estado, Monte Santo apresenta uma situação também ruim ocupando a 411ª posição, sendo que 410 municípios, ou seja, 98,8% estão em situação melhor e apenas quatro municípios, o que representa 1,2% estão em situação pior ou igual. (PNUD, 2000).

2.3.2 ÍNDICES EDUCACIONAIS DO MUNICÍPIO

O município de Monte Santo, como todos os municípios do Brasil, é atendido pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF. Os recursos do fundo, segundo a lei, devem ser aplicados na manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental público e na valorização do magistério.

Em Monte Santo, os recursos do FUNDEF, vêm sendo aplicados em diversas atividades ligadas à educação, como transporte estudantil, construção, restauração e ampliação de prédios escolares, além do pagamento de salários e qualificação dos profissionais.

O sistema educacional de Monte Santo está estruturado da seguinte forma: existe no município um total de 196 escolas distribuídas entre a cidade e a zona rural. Dessas escolas, a maioria está localizada no interior do município, trabalhando com os dois primeiros ciclos do ensino fundamental. Em alguns povoados já se trabalha com a 5ª série do ensino fundamental. Com exceção da cidade, há no município apenas duas instituições de ensino que trabalham tanto o ensino fundamental quanto o ensino médio, são eles: o colégio do povoado de Pedra Vermelha e a EFASE⁶, esta situada na comunidade de Lagoa do Pimentel.

Quanto ao número de alunos, o total de matriculados é de 12.915 no ano 2000, sendo que 11.155 estão distribuídos nas escolas de 1º e 2º ciclo do ensino fundamental de todo o município. Em relação às escolas de ensino médio no interior do município, no colégio de Pedra Vermelha estão matriculados 532 alunos e na EFASE 145. Na zona urbana encontram-se escolas de ensino primário, fundamental e médio. Em se tratando do ensino médio na sede do município existe o Colégio Estadual Deputado Luis Eduardo Magalhães – CEDLEM e o Instituto de Educação Monte Santo – IEMS que possuem 1.400 e 1100 alunos respectivamente. (Secretária Municipal de Educação, 2000).

2.3.3 – QUADRO DA SAÚDE MUNICIPAL

A Organização Mundial de Saúde – OMS, recomenda que para uma população ser bem atendida em relação aos serviços de saúde, é necessário uma distribuição mínima de 1 leito para cada 1.000 habitantes. Percebe-se que na região semi-árida há uma carência muito grande nessa relação leito/habitante. Observa-se ainda uma

⁶ A EFASE – Escola Família Agrícola do Sertão é uma instituição de ensino de caráter comunitário, pertencente a uma associação fundada especificamente para administrá-la, não fazendo parte do quadro de escolas da prefeitura.

grande deficiência na área que vai desde a baixa qualificação à pouca disponibilidade de pessoal. Monte Santo fazendo parte desta região sofre os mesmos males que os outros municípios.

As doenças notificadas nos últimos anos são as mais variadas. Verifica-se uma maior incidência sobre as enfermidades causadas pela precariedade de saneamento básico e desnutrição crônica.

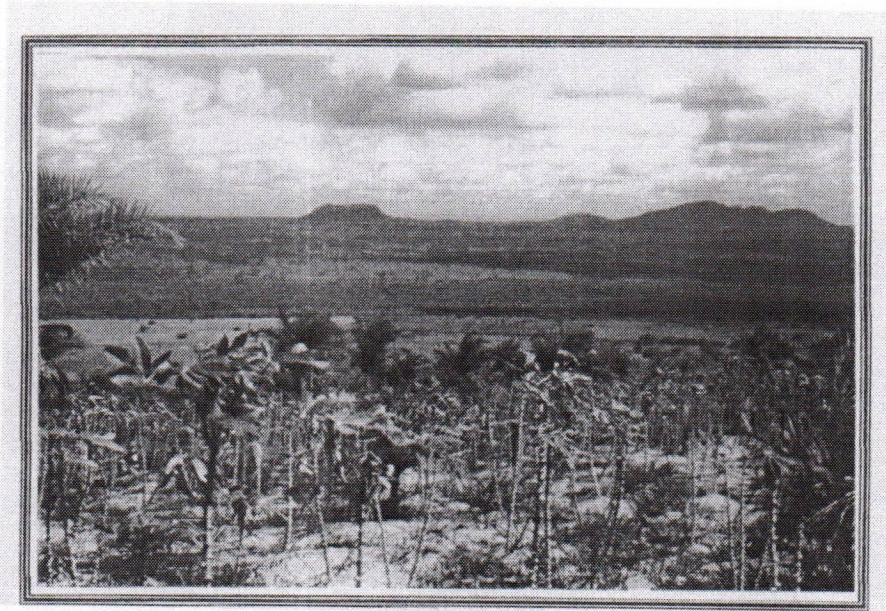
Tabela 1 Notificação de Doenças Transmissíveis – Monte Santo – BA -1998/99

Doenças Transmissíveis	1998	1999	Total
Difteria	--	01	01
Dengue	--	02	02
Sarampo e Rubéola	04	11	15
Hepatite Viral	--	06	06
Leishmaniose Visceral	07	04	11
Leishmaniose Cutânea	--	01	01
Meningite	01	04	05
Tuberculose	17	11	28

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde/SESAB, 1999.

2.3.4 AGROPECUÁRIA NO MUNICÍPIO

Monte Santo está incluído entre os 258 municípios que fazem parte do semi-árido num total de 417 municípios baianos. Desenvolve atividades essencialmente agropecuárias, tendo o cultivo de milho, de feijão, de mandioca e a pecuária extensiva como atividades presentes no cotidiano do agricultor, mesmo quando na maioria das vezes a produção esperada não vem, isso devido à interferência climática que muitas vezes torna-se um empecilho para uma boa produção, como também a falta de políticas voltadas para o pequeno produtor, que de certa forma é quem abastece o mercado local.



FOTOGRAFIA 2 - Cultivo de Mandioca

A tabela a seguir apresenta dados da área colhida, produção e rendimento médio dos principais produtos agrícolas do município de Monte Santo, segundo o último Censo Agropecuário do IBGE, 1996.

Tabela 2 Área Colhida, Produção e Rendimento Médio – Monte Santo – BA

Cultura	Área Colhida (hectare)	Produção	Rendimento Médio (kg/hectare)
Sisal	2.500	2500 (kg)	1.000
Banana*	5	5	1.000
Coco-da-Bahia**	3	6	2.000
Laranja**	1	20	2.000
Manga**	2	60	30.000
Feijão	19.000	10.260	540
Mamona	80	56	700
Mandioca	1.100	13.200 (kg)	12.000
Milho	19.000	13.300	700

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 1996.

Notas: (*) Produção em mil cachos e rendimentos cacho/hectare.

(**) Produção em mil frutos e rendimento médio em fruto/hectare.

Quanto à pecuária, os dados a seguir representam o efetivo dos rebanhos e principais produtos de origem animal, de acordo com a pesquisa do ano de 1996.

Tabela 3 Efetivo de Rebanhos e Produtos de Origem Animal – 1996

Especificação	Quantidade
Caprinos	152.600
Suínos	114.100
Bovinos	35.000
Muares	5.620
Asininos	5.300
Eqüinos	2.700
Aves	144.300
Vacas ordenhadas	3.790
Leite produzido (litro)	1.345.450
Ovos (dúzias)	108.400

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 1996.

Obs. A relação é do que foi declarado pelos produtores, podendo haver omissões.

2.3.5. ESTRUTURA FUNDIÁRIA DO MUNICÍPIO

A estrutura fundiária é um fator agravante que impede o desenvolvimento da maioria dos municípios da região semi-árida.

No município de Monte Santo, não é diferente, pois percebe-se claramente a concentração fundiária, observando as imensas propriedades improdutivas da região.

Verifica-se ainda que a estrutura fundiária, junto às contrariedades climáticas, torna-se um impulsionador do êxodo rural no município, sobretudo pela má distribuição da terra que leva o jovem sem terra a migrar para as grandes capitais em busca de trabalho, o que pouco acontece nas áreas de Fundos de Pasto, pois a terra garantida torna-se um estímulo e ao mesmo tempo oferece condições de produzir e retirar dela seu sustento.

Tabela 4 Total de Imóveis Rurais e Áreas - Monte Santo – BA

Classificação em Módulos Fiscais (1)		
Total Geral	Total de Imóveis	6.534
	Área Total (ha)	114.207,1
Menos de 1	Total de Imóveis	6.074
	Área Total (ha)	40.669,2
Pequenas Propriedades	Total de Imóveis	376
	Área Total (ha)	33.487,9
Médias Propriedades	Total de Imóveis	72
	Área Total (ha)	25.943,9

Fonte: INCRA, 1998.

2.3.6 A QUESTÃO AMBIENTAL

Considerando que ecossistema é o conjunto dos relacionamentos mútuos entre determinado meio ambiente e a flora, a fauna e os microrganismos que nele habitam, e que incluem os fatores de equilíbrio geológico, atmosférico, meteorológico e biológico (HOLANDA 2000: 250), pode-se então, a partir desse conceito, analisar como se encontra esse aspecto no município de Monte Santo.

Observa-se que há no município diversos tipos de ecossistemas que vão desde pequenas lagoas localizadas na zona urbana até a caatinga que de uma forma geral promove, quando preservada, o equilíbrio ecológico necessário para a predominância da diversidade vegetal e animal, além de garantir a conservação dos solos.

Analisa-se que a caatinga, vegetação predominante do município, apesar de adaptar-se às variações naturais do ambiente, expressa grande sensibilidade à ação antrópica. Essa ação provoca impactos ambientais que vão desde a construção

desordenada de casas em locais inadequados até o desmatamento e as queimadas que penalizam o solo, a fauna e a flora de toda a região.

Salienta-se nesse ponto que as áreas de Fundos de Pastos são contrapontos com essas práticas depredadoras, principalmente pela necessidade de mantê-las preservadas para permitirem o criatório de animais de forma extensiva, alimentando-se da vegetação existente.

No município algumas áreas consideradas delicadas como as serras e as nascentes que deveriam ser preservadas e mais bem cuidadas são praticamente abandonadas e carentes de atenção. Observa-se ainda que não existe no município uma política voltada para a questão dos resíduos sólidos e líquidos que são lançados a céu abertos ou empilhados nas proximidades da cidade como é o caso do lixo urbano.

Outra atividade que deve ser considerada como transformadora da paisagem e que requer melhor observação quanto à degradação ambiental em Monte Santo é a exploração mineral, onde em diversas áreas o granito é retirado em grandes quantidades. Portanto, deve-se observar como é feita a exploração assim como os danos que causam ao meio ambiente, observando os componentes do ecossistema local como córregos, vegetação, fauna, percebendo se existe algum desequilíbrio, o que evidenciará o impacto ambiental na área.

3. ORGANIZAÇÃO E REGULARIZAÇÃO DAS ÁREAS DE FUNDOS DE PASTOS DAS COMUNIDADES AGRÍCOLAS DE MONTE SANTO.

O município de Monte Santo possui atualmente 34 áreas de Fundos de Pastos, sendo que destas, somente 23 áreas estão regularizadas. As outras aguardam a medição e a titulação. Na Bahia, o órgão responsável pela regularização dessas áreas é a Coordenação de Desenvolvimento Agrário – CDA de responsabilidade da Secretaria de Agricultura do Estado.

Cada uma dessas 34 áreas tem as suas características e a sua história. Porém, existem alguns pontos que são comuns entre elas, a posse por décadas de áreas

coletivas usadas em pastoreio extensivo e sua livre utilização por todos os condôminos; a não delimitação com cercas e sim por variantes; roçados de subsistência de cada família; forte laço de parentesco e compadrio entre os membros da comunidade; características culturais próprias de cada comunidade: festas, artesanato, rezas, etc. e o cuidado com a caatinga e com os animais.

Mesmo essas áreas tendo sido reconhecidas pela constituição baiana de 1988, o processo de medição e regularização ainda é bastante inoperante, pois algumas estão em processo de litígio há vários anos. Foi a partir da não aceitação dessa realidade que as organizações locais e entidades de apoio e entidades dos próprios trabalhadores rurais passaram a levar adiante um trabalho de organização, capacitação, conscientização e mobilização, na expectativa de terem suas vidas melhoradas e para que o governo da Bahia possa assumir suas responsabilidades.

Para que essa prática seja assegurada e as condições de vida se tornem melhores, os camponeses organizados através da Articulação Estadual, citada no capítulo I, apresentam as seguintes reivindicações ao poder público: Fortalecimento das organizações dos trabalhadores, apoiando o funcionamento da Articulação Estadual e das organizações regionais; estruturação de cursos de formação (contabilidade, administração, associativismo, funcionamento da sociedade, história do camponês); criação de Escolas Famílias Agrícolas para os Fundos de Pastos; incluir as áreas de Fundo e Fechos de Pasto nos programas estaduais e federais de eletrificação rural; construção e instalação de unidades de beneficiamento do caprino-ovino e de frutas nativas, dentre outras.

Monte Santo se constitui atualmente como um dos municípios baianos de maior concentração de terras de uso coletivo. Ressalta-se que esse número tão expressivo é fruto da mobilização e organização desses camponeses através de suas associações agro-pastoris que têm demonstrado uma grande resistência ao enfrentar a grilagem, prática ainda bastante presente no município. Observa-se também a inoperância do poder público e todas as adversidades climáticas que lhes são impostas, o que evidenciam o quanto a prática coletiva é indispensável para a manutenção do homem e da mulher sertaneja, que da terra tiram o seu sustento e o de suas famílias.

4. O FUNDO DE PASTO NA COMUNIDADE DE PAREDÃO DO LOU

4.1 - A COMUNIDADE DE PAREDÃO DO LOU: HISTÓRIA

A história da Comunidade Paredão do Lou, situada no município de Monte Santo, remonta a história da ocupação das terras do sertão para fins de criação de gado, então introduzido nessa região no século XVIII. “É com os criadores de gado, em busca de novas pastagens, auxiliados pelos bandeirantes paulistas e na ação dos missionários católicos que se inicia a conquista do nosso sertão interior”. (CAR/SEPLANTEC 1983: 4)

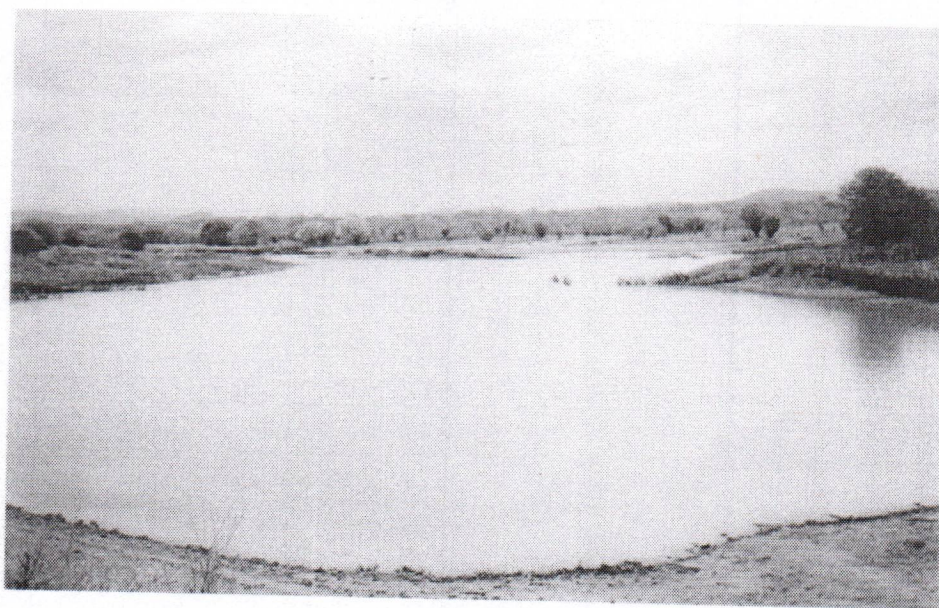
Segundo o depoimento dos descendentes dos primeiros moradores, o primeiro morador da comunidade Paredão do Lou foi Félix Lopes, que teria vindo de Portugal por volta do século XVIII, se estabelecendo na região com uma grande quantidade de gado bovino e acompanhado de muitos escravos. Segundo eles, Félix Lopes possuía um documento denominado “Escritura da Torre”, confirmando assim o fato dessa área, fazer parte dos domínios da Casa da Torre, “do bandeirante e colonizador Garcia D’Ávila” (CAR/SEPLANTEC 1983: 4), por ocasião do Sistema de Sesmarias, citado no capítulo I.



FOTOGRAFIA 3 – Descendentes dos Primeiros Moradores da Comunidade

Os escravos denominados de “os cativos” pelos entrevistados, além de exercerem atividades diversas no trabalho com o gado e nos trabalhos necessários à manutenção da fazenda, também contribuíram para a ampliação do domínio de Félix nas terras da região, pois, ao serem responsabilizados pela caça tinham também a obrigação de dar informações sobre as terras que estes passavam a conhecer. Ao saber dessas terras, o “velho Lopes” , como tornou-se conhecido o senhor Félix, acompanhava os escravos e ao encontrar a área indicada verificava se era boa, ou seja, se tinha água e belas paisagens apossando-se das terras, pois era um tempo em que “se tinha um punhado de terra e mandava no mundo todo” (Depoimento do Sr.Zeca, antigo morador da comunidade de Fundo de Pasto, outubro de 2004).

O nome da comunidade também está intimamente ligado à presença dos escravos na região, pois Paredão se refere a um açude de pequeno porte construído por estes, provavelmente a mando de Félix Lopes. Para represar melhor a água, foi construída uma grande parede em uma de suas extremidades e posteriormente, o local passou a ser denominado Paredão, já o nome Lou, que o complementa, se refere ao apelido de um dos filhos do “velho Lopes” que passou a morar no local, hoje conhecido como Paredão do Lou.



FOTOGRAFIA 4 – Açude do Paredão

Foram os descendentes da família Lopes os primeiros a povoar, não só o Paredão, mas também as comunidades vizinhas, pois cada um dos seus filhos foi se estabelecendo nas terras pertencentes ao seu pai e formando assim, novas fazendas e novas famílias. Os casamentos, na maioria das vezes, eram entre parentes e as terras eram passadas como herança para seus descendentes. Com o passar dos anos as famílias foram crescendo, ampliando significativamente o número de casas e de moradores.

Antigamente aqui tudo era mata, só existia duas pequena fazendas ao redor que era Bento e São Gonçalo. Nessa época tinha apenas quatro casa: a do meu bisavô (Félix Lopes), a de meu avô, da irmã de meu avô e do irmão de meu avô. (Depoimento do Sr. Walter, antigo morador do Fundo de Pasto, outubro de 2004).

Além de utilizar a caatinga para criação de gado, os primeiros moradores também a utilizavam para criação de animais de pequeno porte e extraíam da caatinga plantas que pudessem ser utilizadas para fins medicinais, seja para as criações ou para as pessoas, como por exemplo: pau-de-rato, umburana-de-cheiro, angico, massambé, e outras. Usavam também a parreira, o licurizeiro, o xique-xique e algumas raízes para alimentação humana, faziam óleo do licuri para o consumo e alguns vendiam nas feiras. Na época do umbu as pessoas o utilizam para fazer doce e vinho, sendo que a maioria fazia somente para o consumo e outros para vender.



Fotografia 5 - Fundo de Pasto na época da seca

Aliada a atividade agro-pastoril, estava também a mercantil, uma vez que o gado, seja bovino ou caprino, também era comercializado nas feiras da região, sobretudo a de Feira de Santana inicialmente e posteriormente a de Senhor do Bonfim e de Uauá. O meio de transporte utilizado para o deslocamento até essas feiras era o animal, trajeto que muitas vezes durava vários dias a depender da distância.

Segundo os moradores, antigamente existiam também muitos animais de caça como tatu, ema, veado, onça pequena e muitos outros. Devido à quantidade de pessoas que praticavam a caça, e ao desmatamento, estes animais desapareceram principalmente a ema que hoje em dia não se vê mais.

Cerca de 20% dos criadores expressam que a vida vem melhorando, muitas coisas hoje são conseguidas com mais facilidades como transportes, alimentação, atendimento médico e educação.

4.2 – ASPECTOS SÓCIO-AMBIENTAIS DA COMUNIDADE PAREDÃO DO LOU

Segundo pesquisa realizada em 2002 (EFASE), a comunidade Paredão do Lou tinha uma população de 158 habitantes, num total de 56 famílias. Dispondo de duas escolas de ensino fundamental de 1ª a 4ª séries que atendem a 60 alunos e de duas professoras com o ensino médio completo, filhas e moradoras dessa comunidade.

Depois de concluir a 4ª série, alguns desses alunos são encaminhados pelas famílias e comunidade para a Escola Família Agrícola do Sertão - EFASE, objetivando que esses tenham uma formação adequada e voltada para a sua realidade, enquanto filhos e filhas de trabalhadores rurais, podendo contribuir com conhecimentos agrotécnicos e de organização social, política e cultural, através de reuniões com essa comunidade. Outros vão para o povoado de Pedra Vermelha (Monte Santo) e para as cidades de Uauá e Andorinha.

Com relação à saúde, não dispõem de posto médico e quando necessário recorrem a Monte Santo, Andorinha e Uauá. Diarréia e gripe são as doenças que mais atingem a população que geralmente usam como remédios algumas plantas medicinais existentes na caatinga como umburana-de-cheiro, pau-de-rato, aroeira, pau-ferro, babosa, massambê, casca do angico, barriguda, pulga-do-campo, vassourinha, malvarisco, a raiz do mandacaru e outras. As mais utilizadas são capim-santo e erva-cidreira cultivadas nos terreiros das casas. Em casos em que esses remédios não resolvem, os doentes são transportados por um membro da comunidade que tem o seu automóvel cadastrado e mantido pela prefeitura de Monte Santo para este fim. A comunidade também dispõe de um agente comunitário de saúde que acompanha as famílias, principalmente as crianças.

As atividades de lazer geralmente são para os homens e jovens, como biongos⁷, futebol, bingos e sinuca. A comunidade realiza festejos nas épocas de natal, ano novo e na comemoração de aniversários, assim como participa de festas nas comunidades vizinhas e em outros municípios.

Um fator relevante observado é a quase ausência do êxodo rural nesta comunidade. Segundo 20% dos moradores são poucos os casos de migração, não interferindo na organização e desenvolvimento dessa comunidade. Registra-se a saída de jovens, apenas para estudar em outros municípios, o que evidencia que o Fundo de Pasto vem contribuindo para manter os jovens na comunidade.

O Fundo de Pasto sustenta os jovens aqui pra não ir para as cidades grandes em busca de empregos, né. Têm grupos agora de jovens que pegou projetos pra criar e hoje tão aí, né, prá amanhã ou depois ser alguém, alguma coisa na vida. O Fundo de Pasto é um meio né, dele permanecer aqui com a família trabalhando e dando emprego prá outros colegas e também sendo uma pessoa mais na vida (Depoimento de Jorge, diretor da associação e criador, outubro de 2004).

Percebe-se que a natureza tem um papel fundamental na definição e desenvolvimento de suas vidas, pois está intimamente ligada à sua cultura, herança dos seus descendentes. Adquiriram conhecimentos e saberes profundos dos ciclos biológicos da natureza, que ajudam a preservar o ambiente em que vivem.

⁷ São pequenos bares, geralmente de pouca estrutura, situados no interior do município e comercializam desde bebidas alcoólicas até produtos alimentícios.

A caatinga se caracteriza pela diversidade de espécies vegetais que ao longo dos anos vem se constituindo e se renovando, representando o equilíbrio e a sobrevivência de muitas famílias sertanejas que dependem da terra e do criatório de animais de pequeno e médio porte.



FOTOGRAFIA 6 – Renovação da Caatinga do Fundo de Pasto

Na área de Fundo de Pasto estudada, a caatinga se constitui a alimentação básica dos caprinos, ovinos e bovinos. Dentre as espécies vegetais existentes foram citadas o angico, faveleira, juazeiro, xique-xique, mandacaru, catingueira, umburana, umbuzeiro, licurizeiro, malva, macambira, pau-de-rato, quebra-facão, aroeira, caneleira, baldoega, quixabeira, babosa, barriguda, pulga-do-campo, massambê, vassourinha, malvarisco, algodoeiro, jurema, pinhão, pau-de-colher. Espécies adaptadas às condições climáticas e do solo, uma vez que desenvolvem mecanismos de defesa contra a evaporação intensiva.

Para os criadores, a caatinga é considerada uma área de preservação ambiental, sendo proibidas práticas depredatórias como queimadas, caça e desmatamento, pois acreditam que cada árvore cortada ameaça o equilíbrio do ecossistema como um todo, ameaçando a reserva alimentar das criações, comprometendo a sobrevivência das famílias e o futuro dos seus filhos.

Devemos pensar nossas ações a fim de que possam garantir a sustentação das pessoas que vivem da terra hoje e daquelas que terão que viver dela no futuro. Para isso seja possível é indispensável conhecermos as manifestações da natureza, seu comportamento desde clima, solo, biodiversidade e, partindo desse entendimento buscarmos a melhor forma de interferir na natureza, mantê-la sempre viva e produtiva. (Caderno Didático das EFA's, 2004: 22).

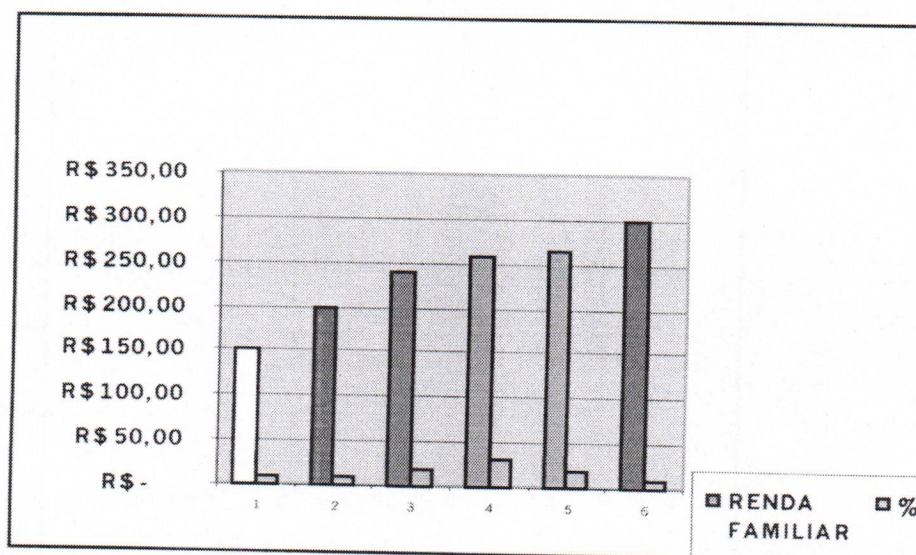
Observa-se também, que a organização desses produtores, o acesso e a garantia da terra são componentes fundamentais na preservação ambiental, especialmente da caatinga, pois inviabilizam elementos de invasão, grilagem e exploração dos recursos naturais, alguns já escassos como é o caso da aroeira e do alecrim.

Além disso, podem ser considerados trabalhadores autônomos, pois detêm a terra, os meios de produção, os instrumentos de trabalho e a produção, garantindo a sobrevivência enquanto produtores familiares e a permanência na terra. Fato este, que contraria o sistema capitalista e suas relações de produção, pois este concebe o trabalhador como parte direta das condições objetivas da produção.

Para que o capitalismo amadureça como sistema de produção, disse Marx, "dois tipos bem diversos de donos de mercadorias têm de se defrontar e entrar em contato: de um lado, os donos do dinheiro, meios de produção e de subsistência, desejosos de aumentar a soma de valores possuídos pela compra da força de trabalho de outras pessoas; de outro, os trabalhadores livres, vendendo sua própria força de trabalho... Com essa polarização do mercado de bens, as condições fundamentais da produção capitalista passam a ter existência. O sistema capitalista pressupõe a separação completa dos trabalhadores quanto a toda propriedade dos meios pelos quais podem realizar seu trabalho... A chamada acumulação primitiva, por tanto, nada mais é do que o processo histórico de divorciar o produtor dos meios de produção... A expropriação do produtor agrícola ou camponês, assim afastado de qualquer propriedade do solo é a base de todo o processo". (DOBB 1987: 226)

Observa-se que embora a organização do trabalho no Fundo de Pasto seja coletiva, possibilitando a todos iguais oportunidades de acesso à terra e aos bens comunitários, existem diferenças sócio-econômicas, no tocante à produção/comercialização e a renda familiar. São indicadores dessas diferenças o tamanho da terra individual e o número de criações de cada família.

FIGURA 3 – Renda Familiar dos Criadores do Fundo de Pasto da Comunidade Paredão do Lou



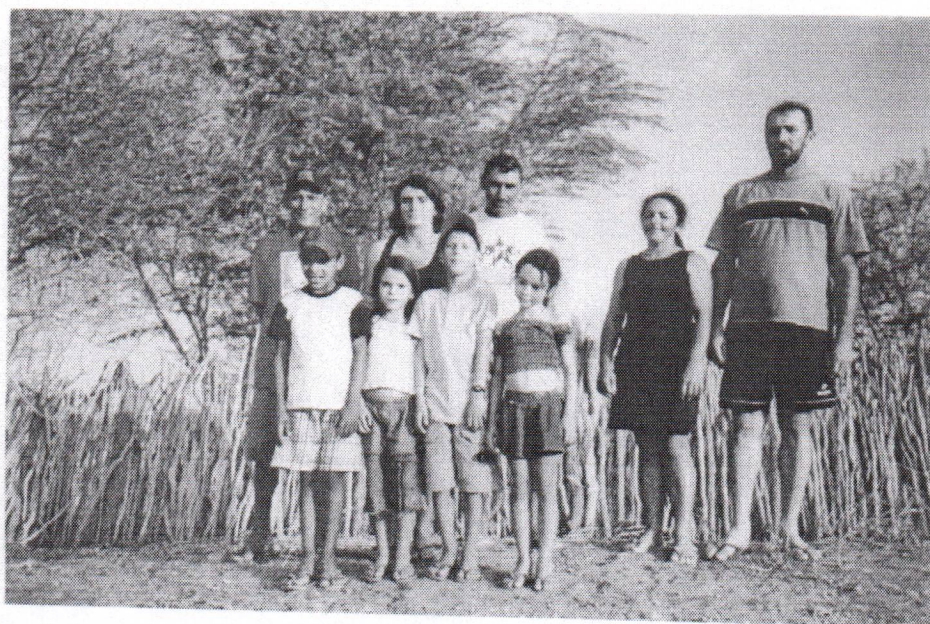
Fonte: Pesquisa de campo com 20% dos criadores do Fundo de Pasto, outubro 2004.

4.3 - A HISTÓRIA DO FUNDO DE PASTO.

O Fundo de Pasto da comunidade Paredão do Lou é constituído por uma população de produtores familiares que detém a posse regularizada da terra, utilizando basicamente a mão-de-obra familiar. Além de desenvolverem a caprinovinocultura extensiva na área de utilização coletiva, desenvolvem uma pequena agricultura à base de feijão, milho e mandioca nas áreas individuais para alimentação humana e animal. Possui uma área de 1.704 hectares e tem como limites e confrontantes: ao Norte: Antonio Rodrigues Guimarães, Condôminos Paredão do Lou – Nordeste e Leste: Condôminos Paredão do Lou – Sudeste, Sul e Sudoeste: Condôminos da Fazenda Retiro – Oeste: Fundo de Pasto Quixaba – Noroeste: Fundo de Pasto São Gonçalo, Antonio Rodrigues Guimarães.

Nessa organização familiar, todos os membros desempenham importante papel na divisão do trabalho. Os homens geralmente são responsáveis pela produção agropecuária, administração e comercialização. As mulheres, além do trabalho doméstico, trabalham na roça com a lavoura e ajudam no manejo dos animais. Os jovens, além de estudar, trabalham conjuntamente com os pais para o sustento da família. As crianças estudam e ajudam nos trabalhos de casa e da roça quando

necessário. Os idosos não trabalham, porém exercem papel de destaque. São respeitados por todos e exercem uma certa influência na vida da comunidade.



FOTOGRAFIA 7 – Famílias Criadoras na Área de Fundo de Pasto.

Além da prática coletiva do uso do Fundo de Pasto, registra-se nessa comunidade outros trabalhos comunitários, como o conhecido batalhão⁸ e o mutirão, desenvolvido principalmente na produção da lavoura e nos trabalhos para o benefício dessa comunidade como construção de cercas, limpeza de aguadas e outros.

A área de Fundo de Pasto é destinada à criação extensiva de caprinos, ovinos e bovinos, com predominância de caprinos, resultante da seleção natural sofrida pelas raças introduzidas pelos portugueses, franceses e holandeses na época colonial.

Pelo fato desses animais serem criados soltos na caatinga, desenvolveram características apropriadas ao ambiente, adquirindo maior rusticidade, sendo pouco exigentes de água e retiram o alimento da vegetação nativa, aproveitando as épocas de maior oferta de cada espécie. No período de chuvas as plantas herbáceas representam reserva de forragem para a alimentação dos animais. No período da

⁸ De acordo com Cotrim (1991: 12) batalhão é provavelmente uma prática de origem indígena e consiste na reunião de moradores convocados por um deles para efetuar determinado trabalho.

safra do umbu, alimentam-se dos frutos maduros do umbuzeiro que caem no chão. Já nas épocas de estiagem, alimentam-se de folhas secas da vegetação arbórea, que caem pela escassez de água, do mandacaru, do xique-xique, da macambira.



FOTOGRAFIA 8 – Criações no Chiqueiro

A palma forrageira, quando plantada pelo produtor, é cortada em pedaços pequenos e dada na porta da casa aos animais que se aproximam em busca de alimento, ou quando são trazidos pelos criadores na época de parição ou para tratamento de doenças, época em que esses animais precisam de mais cuidados e de um reforço alimentar.

Muitas plantas da caatinga são aproveitadas para fazer remédios para as criações, como: umburana-de-cheiro, aroeira, braúna, algodoeiro, jurema, umbuzeiro, maria-mole, o leite do pinhão, geralmente usadas para curar feridas e bicheiras; na época do nascimento dos filhotes, e também para tratar de diarréia, piolho, vermes e outras doenças. Quando necessário compram remédios alopáticos na cidade.

Segundo depoimentos, antes da regularização da área de Fundo de Pasto, as famílias que tinham roças grandes criavam o bode preso. No entanto, essas criações adoeciam mais, *“O bode que é criado preso a gente percebe que ele fica mais fraco, pega piolho e também ele fica acanhado sem desenvolvimento.”* (Depoimento do Sr. Elias, diretor da associação e criador do Fundo de Pasto, outubro de 2004).

Para esses produtores criar no sistema de Fundo de Pasto é vantajoso, pois os animais ficam mais saudáveis, desenvolvidos e produzem mais. Os animais vivem num mesmo ambiente, e para não serem confundidos com os demais do mesmo

pasto e de pastos vizinhos, são ferrados na orelha com a marca do criador e antes de levá-los para o Fundo de Pasto são acostumados no chiqueiro.

Em períodos de secas prolongadas falta alimentação e o manejo desses animais fica mais difícil. “A seca maltrata os animais e a caatinga sofre e a gente sofre também”.(Depoimento do Sr. Renato, liderança da comunidade e criador do Fundo de Pasto, outubro de 2004)

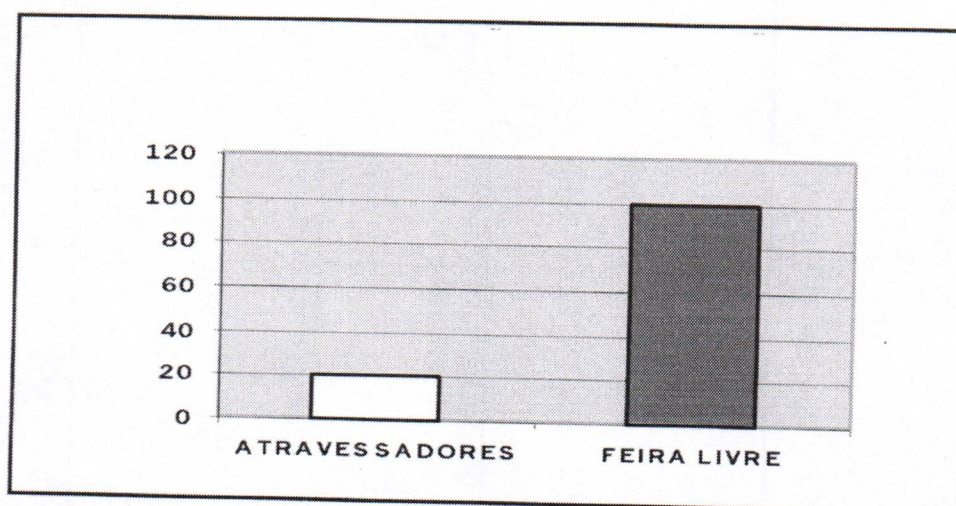
A vida do agricultor está atrelada aos grandes ciclos da natureza; está enraizada no nascimento, crescimento e morte das coisas vivas; apesar de dura, ostenta uma seriedade que poucas outras ocupações podem igualar. (YI – FU TUAN 1980: 113).

Outra dificuldade são os roubos de animais que acontecem principalmente nas áreas mais distantes das casas, próximo às estradas por onde passam pessoas de diferentes lugares, inclusive ladrões.

Ressalta-se que esses criadores não recebem assistência técnica. O manejo da criação é feito pelos próprios criadores. Alguns deles já participaram e participam de cursos de treinamento para o manejo de caprinos oferecidos por entidades não governamentais como o Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada – IRPAA, e recebem ajuda de alunos dessa comunidade que estudam na EFASE e na Escola Agrotécnica Federal de Senhor do Bonfim.

A comercialização das criações é feita em feiras livres nos povoados de Pedra Vermelha (Monte Santo), em Santa Rosa de Lima (Andorinha) e nas cidades de Andorinha e Uauá. Algumas vezes a criação é vendida para atravessadores. Nesse caso, verifica-se que falta uma estratégia de mercado que valorize a produção local, assim como a criação de cooperativas para melhorar a comercialização e/ou beneficiar essa produção.

FIGURA 4 – Comercialização da Produção Pecuária da Comunidade de Paredão do Lou



Fonte: Pesquisa de Campo com 20% dos criadores do Fundo de Pasto, outubro 2004

Outro fator relevante observado é que não existem cercas que separam essa área de Fundo de Pasto de outras áreas vizinhas, uma vez que existe entre essas áreas uma forte relação de solidariedade e dependência. Os animais de uma área não podem limitar-se a viver num só espaço, já que em determinadas épocas os alimentos se esgotam, enquanto que na área ao lado há ainda com o que se alimentar.

Nunca nós chegamos a ver nenhum dizer: olhe, tire aqueles seus bichos lá, né. Que tá prejudicando os meus. Não. Nunca chegou uma pessoa para dizer isso. E os bichos se mistura lá, come prum lado, outro pra outro e às vezes vem bicho de fora pra cá. Os nosso vai pra lá e todo vida é assim. (Depoimento do Sr. Renato, liderança da comunidade e criador do Fundo de Pasto, outubro de 2004).

Observa-se que nessas áreas de Fundo de Pasto existe um sentimento de união e ajuda mútua que se mantém tradicionalmente e que não se enquadram dentro dos valores capitalistas. As experiências e relações de produção descritas acima levam os criadores a desenvolverem relações sociais baseadas em atividades conjuntas e comportamentos solidários.

Percebe-se também uma forte ligação desses produtores com a caatinga, pois afirmam não sobreviverem sem ela. No entanto, acreditam que esta precisa ser

melhor cuidada, pois encontra-se degradada . Apontam como alternativas o plantio de espécies nativas, implantação de bancos de proteínas com outros tipos de forragens como palma, leucena, algaroba, capim buffel e outras para que futuramente não falte alimento para os animais, assim como o manejo adequado às condições da caatinga de forma que preserve as espécies ainda existentes, evitando também o desmatamento e as queimadas.

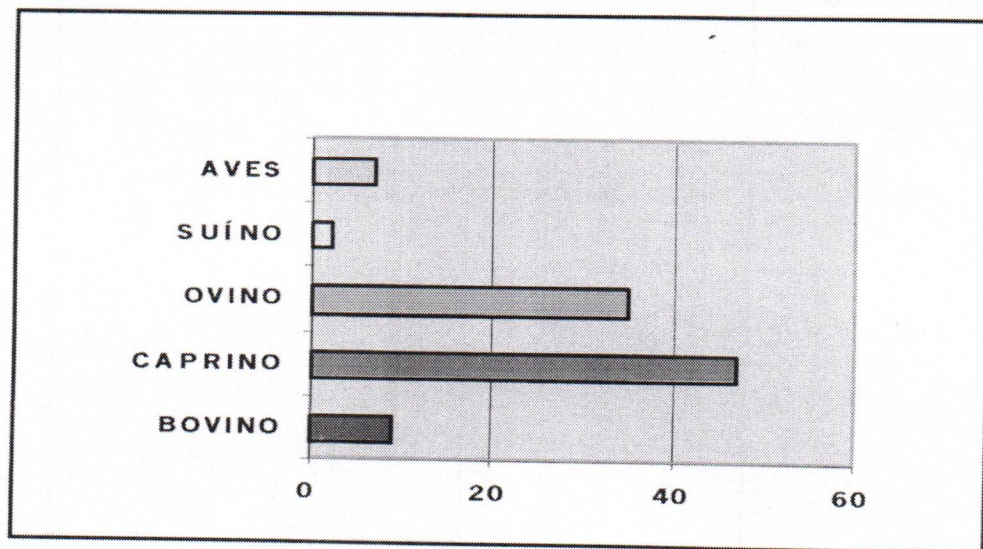
Além dos fatores apontados acima, é importante analisar se a área em estudo tem capacidade de suporte para o número de animais que dela se beneficiam. Sabe-se que a capacidade de suporte de uma determinada área varia de região para região e que no semi-árido pode-se considerar esta capacidade em torno de 1 a 1,5 cabeça/ha. Nos casos em que se pratica o manejo adequado da vegetação nativa, este número poderá ser elevado. Em outros casos onde a vegetação nativa está degradada, o número tende a diminuir (Caderno Didático das EFA's 2004: 15).

Considerando que a área de Fundo de Pasto da comunidade Paredão do Lou é de 1.704 hectares e que são criadas 4.500 cabeças de caprinos e ovinos, além de 800 bovinos que esporadicamente utilizam essa área. Constata-se que o número de criações está elevado em relação à capacidade de suporte acima descrita, ou seja, 3,11 cabeça/ha. Supõe-se que o número elevado de criações desta área esteja contribuindo para a degradação da mesma.

Além da caprinovinocultura, praticam nas roças individuais uma agricultura de subsistência baseada no cultivo de lavouras temporárias de feijão, milho e mandioca, bem como o cultivo de forrageiras como a palma e o capim. Algumas famílias também criam aves e suínos que contribuem para o seu sustento.

Às vezes a gente planta na época certa e quando a gente pensa que vai dar alguma coisa, num chove e acaba tudo. Se as chuva viesse certas era melhor. Muitas vezes passa anos sem chover. (Depoimento do Sr. Walter, antigo morador do Fundo de Pasto, outubro de 2004).

FIGURA 5 – Animais Criados Pelas Famílias da Comunidade Paredão do Lou



Fonte: Pesquisa de Campo com 20% dos criadores do Fundo de Pasto, outubro de 2004

Percebe-se então, que esses produtores não se limitam ao criatório no Fundo de Pasto. Estão constantemente buscando outras alternativas de sobrevivência, como as citadas acima. Mostrando que, o sertanejo mesmo diante das adversidades climáticas e ausência de políticas públicas busca sempre uma forma de permanecer na terra, abandonando-a somente quando percebe que já não há mais condições de permanecer na mesma.

4.4 - ORGANIZAÇÃO DOS AGRICULTORES E REGULARIZAÇÃO DO FUNDO DE PASTO

A história da organização e regularização do fundo de pasto da comunidade de Paredão do Lou, não foge à realidade da questão fundiária do Brasil, inclusive do Nordeste onde os conflitos no campo são marcas constantes pela forte presença do latifúndio.

Contam os moradores da comunidade que no ano de 1985 o senhor Agenor Caldas comprou um lote de terra de uma das descendentes dos herdeiros do senhor Felix Lopes cercando grande parte da área utilizada pelos moradores.

Ameaçados de perder a terra, esses produtores se organizaram e com a ajuda de um dos executores do Projeto Nordeste Bahia⁹, sob responsabilidade do INTERBA, fundaram uma associação denominada juridicamente como Associação Comunitária e Agro-Pastoril de Paredão do Lou que tinha como objetivos garantir a posse regularizada da terra e trabalhar melhor com o Fundo de Pasto.

O povo da comunidade começou a se organizar quando começou a chegar muita gente de fora querendo ocupar as terras e o povo não aceitava. Por exemplo – o Agenor Caldas queria passar a mão nas terras – mostrando escritura falsa e a gente não deixou e foi assim que começamos a se organizar. Teve um rapaz de Uauá... não lembro o nome, no ano de 1985 que nos ajudou a fazer a escritura da nossa terra. A associação começou com pouca gente. O povo gostava de participar porque iam ser donos de suas terra (Depoimento do Sr. Walter, antigo morador do Fundo de Pasto, outubro de 2004).

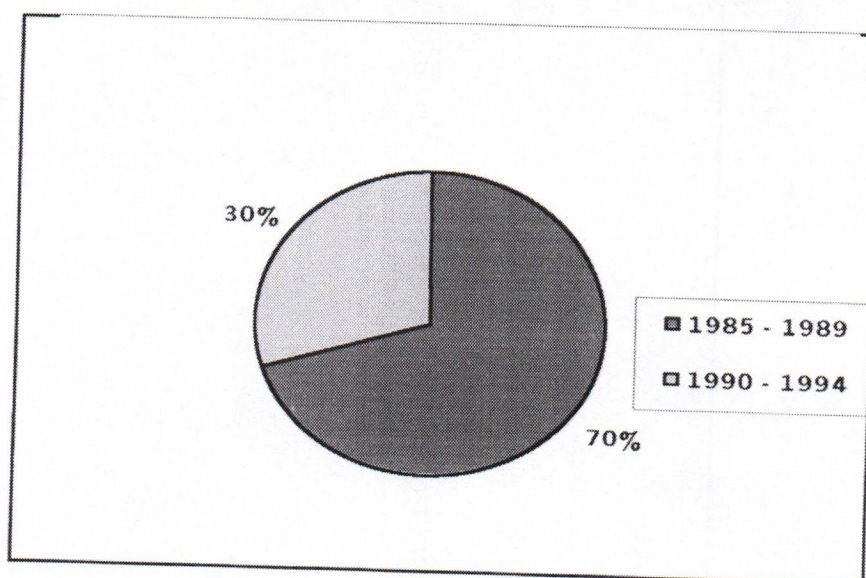
Ainda em 1985, o INTERBA mediu a área de Fundo de Pasto e somente em 1996 as áreas individuais foram medidas. A divisão das áreas individuais foi de acordo o tamanho da família, mas devido ao crescimento destas vem sendo feita pelas famílias uma nova divisão dessas áreas, garantindo a todos o direito a terra. O tamanho da área individual varia de 5 a 60 hectares e o número de caprinos de cada criador está em torno de vinte a duzentas cabeças.

Segundo os entrevistados, na época da medição achavam que o documento só servia para assegurar a terra e não queriam medir a área individual, mas com a chegada de projetos e de linhas de créditos o povo aceitou medir, recebendo o título individual da terra.

⁹O Projeto Nordeste Bahia tinha a finalidade específica de regularizar a ocupação das terras e proceder à redistribuição das mesmas nos 42 municípios que integram a Microrregião Nordeste do estado (GARCEZ, 1987: 13).

A associação fundada por 30 sócios, atualmente conta com 62 sócios entre homens, mulheres e jovens. Com a fundação da associação preocuparam-se em registrar o estatuto que foi discutido e construído pelos sócios com a ajuda de um técnico do Projeto Nordeste.

FIGURA 6 – Filiação dos Sócios na Associação Comunitária Agro-Pastoril de Paredão do Lou



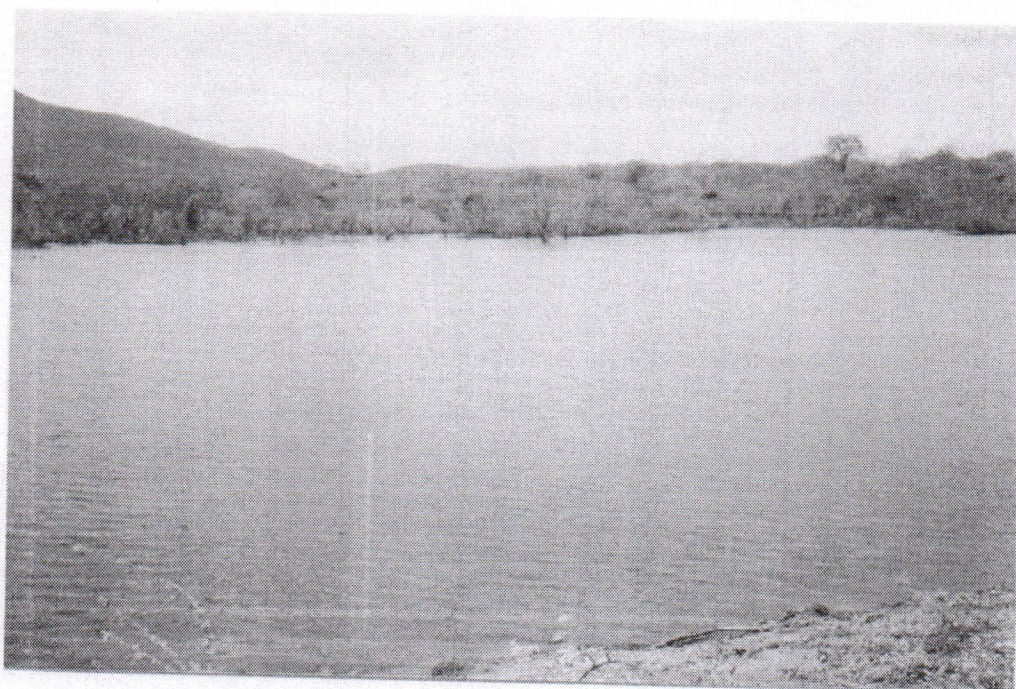
Fonte: Pesquisa de Campo com 30% dos diretores da associação, outubro 2004

A partir daí a associação vem buscando desenvolver atividades que beneficiem não somente os sócios, mas toda a comunidade, o que contribuiu para a valorização e o fortalecimento da mesma.

Com a associação, apesar das dificuldades, conta-se com benefícios como energia solar, barragens, poços artesianos, cisternas, padaria e principalmente o título da terra, garantindo o afastamento de grileiros e a melhoria das condições de vida da comunidade. Obtiveram também recursos para investir em bancos de proteínas, com o plantio de palmas, principalmente para época da seca. Ressalta-se que tais benefícios foram conseguidos com o apoio de parceiros como a Igreja Católica, Comissão Pastoral da Terra – CPT, Sindicato dos Trabalhadores Rurais – STR, Central de Fundo e Fecho de Pasto – CAFFP, Escola Família Agrícola do Sertão – EFASE, Associação Regional Pró-Água – ARPA e outros. Estas conquistas se

deram a partir da conscientização dos próprios moradores, através de suas articulações e mobilizações.

É, com a associação a gente aprendeu muito, descobriu muitas coisa que a gente não tava enxergando. A gente só esperava por pessoas vim de fora e dizer o que era pra gente fazer. Hoje não, a gente sabe o que a gente quer. (Depoimento do Sr. Elias, diretor da associação e criador do Fundo de Pasto, outubro de 2004).



FOTOGRAFIA 9 – Barragem Conseguída Pela Associação

No que diz respeito ao poder público, a associação avalia que o mesmo não tem dado a atenção devida e necessária ao Fundo de Pasto, principalmente em se tratando da esfera municipal, que ao invés de ajudar, às vezes, atrapalha as negociações da associação com o governo estadual.

Salienta-se que essa associação não se encontra desarticulada com as demais áreas de Fundo de Pasto. Na região de Senhor do Bonfim as Associações Agropastoris estão vinculadas à CAFFP, criada em 1994. A Central tem mais de 50 associações filiadas, dentre esta a da comunidade Paredão do Lou. Seu conselho

diretor representa 11 municípios (Antonio Gonçalves, Pindobaçu, Campo Formoso, Mirangaba, Senhor do Bonfim, Jaguarari, Andorinha, Itiúba, Monte Santo, Uauá e Canudos). A associação de Paredão do Lou, através da CAFFP está também vinculada à Articulação Estadual de Fundo e Fecho de Pasto.

O principal objetivo da CAFFP é fortalecer a participação responsável, sem desrespeitar a autonomia de cada associação, visando o desenvolvimento e a defesa do sistema de Fundo de Pasto, apoiando políticas baseadas na viabilidade do semi-árido. Além da titulação das terras, luta por investimento na produção, orientação técnica e formas de modernização adequadas às condições da caatinga. Para a Central, o Fundo de Pasto é um espaço privilegiado para recuperar e manter o equilíbrio ecológico da caatinga, cuja fauna e flora são ameaçadas de extinção.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o que estudou-se até agora sobre o Fundo de Pasto, pode-se dizer que, apesar das dificuldades enfrentadas pelos seus moradores devido a ausência de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento do campo, o mesmo apresenta-se como uma estratégia coletiva eficaz de sobrevivência e manutenção do pequeno produtor na terra pautada nos princípios da solidariedade, da organização e na preservação ambiental.

Percebe-se que diante as adversidades do clima, a opção pela criação da bovinocultura, da ovinocultura e mais precisamente da caprinocultura extensiva tornou-se para os pequenos produtores do semi-árido a forma mais certa de garantir-lhe o seu sustento e da sua família em todas as épocas do ano, principalmente nos períodos de estiagem quando o desenvolvimento da atividade agrícola torna-se incerto e a criação em pequenas áreas individuais torna-se inviável.

Os caprinos, ao serem criados soltos na caatinga além de se tornarem menos susceptíveis a doenças facilmente adquiridas no sistema intensivo, adaptam os seus hábitos alimentares a alternância da vivacidade das diferentes espécies de plantas da caatinga que a cada período do ano lhe oferecem um tipo diferente de forragem.

Ressalta-se também o grau da coletividade característica das áreas de Fundo de Pasto que, apesar dos limites definidos pelo uso tradicional dos grupos familiares ou por variantes de cada área, a ausência de cercas permite que as criações circulem livremente além das fronteiras da propriedade comunitária de seus donos, o que favorece ainda mais o saciamento da fome e da sede nas diferentes épocas do ano, uma vez que as chuvas nem sempre são gerais dando condição à vegetação de se refazer mais rápido em um lugar do que outro numa mesma época na mesma região.

Nota-se aí a importância das relações de companheirismo estabelecidas entre os sertanejos do Fundo de Pasto que têm se tornado marcas culturais em sua história

de sobrevivência e resistência na terra desenvolvendo dentro de uma sociedade capitalista um jeito de viver autônomo e solidário.

Mais importante ainda, quando a experiência de coletividade do uso da terra se amplia na união e organização dos criadores constituindo as associações agro-pastoris como é o caso de Paredão do Lou que criou a sua associação, tornando-se instrumento legal na luta de garantia e regularização da posse da terra, bem como na busca de melhores condições de vida da população de toda a comunidade.

É surpreendente o vínculo do criador com a caatinga que tem se tornado também para as associações agro-pastoris razão de existência garantindo em seus estatutos cláusulas a respeito da sua preservação. Para os moradores e moradoras do Fundo de Pasto está claro que cada espécie animal e vegetal é uma vida que, como a do ser humano, precisa ser respeitada e preservada até mesmo porque a sua degradação põe em risco a criação extensiva e conseqüentemente, a sua permanência na terra.

Em se tratando de permanência na terra, fato curioso é perceber a diferença no índice migratório entre as comunidades de Fundo de Pasto e as outras que têm como sistema de produção simplesmente o uso individual da posse da terra. Tomando como referência o município de Monte Santo onde se encontra localizado o Fundo de Pasto Paredão do Lou, sujeito/objeto desse estudo é significativa tal disparidade. Enquanto a saída do homem do campo para as grandes cidades à procura de emprego e melhores condições de vida se apresenta como um fator relevante nos indicadores sociais do município, a comunidade de Paredão do Lou sendo parte deste mesmo município, manifesta-se como uma localidade onde quase não há emigração dos seus moradores, senão os casos dos jovens que se deslocam esporadicamente na busca de um nível educacional que a sua comunidade ainda não adquiriu a possibilidade de lhes oferecer.

Nesse contexto, é perceptível ainda a importância que os Fundos de Pastos têm na manutenção da estrutura familiar oferecendo a esta, a oportunidade do desenvolvimento do trabalho em família, fortalecendo a agricultura familiar, assim como, proporcionando a preservação dos seus valores éticos, morais, culturais e

comunitários que ao longo da história nortearam a existência do povo sertanejo. Apresentando-se então mais uma vez, como uma alternativa de resistência ao sistema capitalista que despreza tais princípios e privilegia a propriedade privada como modelo de desenvolvimento.

Entretanto, apesar de todas as possibilidades reais que o Fundo de Pasto apresenta como oportunidades concretas enquanto sistema de produção e organização comunitárias, muito ainda necessita ser feito para que todo o seu potencial seja reconhecido, respeitado e explorado dentro das condições físico-naturais que o Sertão apresenta.

É notável que os criadores do Fundo de Pasto, precisam de um conhecimento técnico maior para que juntando às suas experiências e vontade de produzirem em harmonia com a caatinga, possibilitem aos seus descendentes viver da terra e na terra tendo e utilizando os recursos naturais de maneira racional sem comprometer a existência das gerações futuras.

Outro fator relevante sobre o Fundo de Pasto, é a falta de estudos científicos sobre o mesmo, o que demonstra o quanto ele ainda precisa ser conhecido e valorizado enquanto estratégia significativa de produção e manutenção das famílias camponesas na terra.

Compreende-se também que às famílias sertanejas que, no decorrer da sua história, tiveram parte de sua dignidade negada, cabe à esfera governamental proporcionar-lhe o direito de viver dignamente na terra onde nasceram e persistem em viver.

É necessário que o homem nordestino e nesse caso o camponês do Fundo de Pasto, através das suas organizações locais, regionais e estaduais, conquistem políticas públicas educacionais, ambientais, culturais, hídricas e de saúde que lhe permitam condições de moradia, lazer e bem-estar atingindo assim o pleno exercício da cidadania.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, Manoel Correia de. **A Terra e o Homem no Nordeste**. 6 ed. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1998.
- BOFF, Leonardo. **Saber Cuidar: ética do humano – compaixão pela terra**. 10 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.
- BOXER, Charles. **A Idade do Ouro no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.
- CEI – Centro de Estatística e Informações: **Informações Básicas dos Municípios Baianos: Região Nordeste**. Salvador, 1994.
- COTRIM, Dione Vinhas Nascimento. **O Pastoreio Comunitário em Uauá: uma expressão da subordinação do trabalho ao capital**. (Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais). Salvador: UFBA, 1991.
- DOBB, Maurice. **A Evolução do Capitalismo**. 7 ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.
- ELHE, Paulo. **Canudos: Fundo de Pasto no Semi-árido**. Paulo Afonso: Fonte Viva, 1997.
- GADOTT, Moacir. **Pedagogia da Terra**. 2 ed. São Paulo: Peirópolis, 2000.
- GARCEZ, Angelina Nobre Rolim. **Fundo de Pasto: um projeto de vida sertanejo**. Salvador: INTERBA/SEPLANTEC/CAR, 1987.
- _____. **Leis de Terras no Estado da Bahia**. 2 ed. Salvador: SEAGRI/CDA/DESAGRO/Faculdade Rui Barbosa - FRB, 2001.
- GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Os (Des) Caminhos do Meio Ambiente**. 8 ed. São Paulo: Contexto, 2001.

- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS – IBGE. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. Rio de Janeiro, 1958.
- NETO, Euclides. **Trilhas da Reforma Agrária**. 3 ed. Salvador: Littera, 1999.
- PRADO JUNIOR, Caio. **A Questão Agrária no Brasil**. 5 ed. São Paulo: Brasiliense, 2000.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO – **Secretaria Municipal de Saúde**. **Relatório Anual de Gestão**. Monte Santo, 1999.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO – **Secretaria Municipal de Educação**. **Relatório Anual de Gestão**. Monte Santo, 2000.
- RUDIO, Franz Victor. **Introdução ao projeto de pesquisa científica**. 14 ed. Petrópolis: Vozes, 1989.
- SEABRA, Giovanni de Farias. **Pesquisa Científica: o método em questão**. Brasília: Edunb, 2001.
- SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia: **Índice de Desenvolvimento Econômico e Social dos Municípios Baianos, 2000**. Salvador, 2002.
- SHISTEK, Harald; MARTINS, Lucineide. **A Convivência com o Semi-árido no Município de Curaçá – Bahia**. Juazeiro: IRPAA/SEME/DCH III, 2001.
- TUAN, Yi – fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. Rio de Janeiro: DIFEL, 1980.
- UNEFAB – União das Escolas Famílias agrícolas do Brasil. **Criação de Cabras**: Brasília, 2004.
- VENÂNCIO FILHO, Raimundo Pinheiro. **DESCOBRINDO A GEOGRAFIA**. Monte Santo, 2000.



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
CAMPUS IV – JACOBINA – BA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA
CAMPUS II – ALAGOINHAS – BA
CONVÊNIO: UNEB/ AECOFABA/ REFAISA

COMUNIDADE PAREDÃO DO LOU – MONTE SANTO – BA
QUESTIONÁRIO COM CRIADORES DO FUNDO DE PASTO

1. DADOS PESSOAIS

1.1 Sexo () M () F

1.2 Nome _____

1.3 Idade _____

2. DADOS PROFISSIONAIS E DE RENDA

2.1 Profissão / Ocupação _____

2.2 Desempenha outra atividade () Sim () Não

Qual? _____

2.3 Renda Mensal Individual _____

2.4 Renda Mensal Familiar _____

3. DADOS SOBRE A PARTICIPAÇÃO NA ASSOCIAÇÃO

3.1 Desde quando é sócio? _____

3.2 Participa freqüentemente das reuniões da Associação () Sim () Não

Por quê? _____

3.3 Participa de outros movimentos da comunidade? () Sim () Não

Quais _____

4. DADOS SOBRE A CRIAÇÃO DE ANIMAIS

4.1 Tipos de animais que cria

() Caprino () Ovino () Bovino () Suíno () Aves () Outros

4.2 Número total de cabeças

Caprino _____ Ovino _____ Bovino _____ Suíno _____ Aves _____

4.3 Quais os cuidados que tem com a criação? _____

4.4 Recebe Assistência Técnica () Sim () Não

Quem acompanha: _____

4.5 Como é feito o acompanhamento? _____

4.6 Onde são comercializados os animais? _____

5. DADOS SOBRE O USO DO FUNDO DE PASTO

5.1 Quando começou a utilizar o Fundo de Pasto? _____

5.2 Quantos animais você cria no Fundo de Pasto? _____

5.3 Qual a principal alimentação da criação? _____

5.4 De onde vem a água utilizada na produção dos animais? _____

5.5 Como essa água é utilizada? _____

6. DADOS SOBRE A QUESTÃO AMBIENTAL

6.1 Existe diferença do Fundo de Pasto há 25 anos atrás e hoje?

() Sim () Não Quais? _____

6.2 Quais os cuidados que tem com o Fundo de Pasto? _____

Nome do Criador

Nome do Entrevistador

Monte Santo _____ de _____ 2004.



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
CAMPUS IV – JACOBINA – BA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA
CAMPUS II – ALAGOINHAS – BA
CONVÊNIO: UNEB/ AECOFABA/ REFAISA

COMUNIDADE PAREDÃO DO LOU – MONTE SANTO – BA
ENTREVISTA COM CRIADORES DO FUNDO DE PASTO

1. De que forma o Fundo de Pasto contribuiu para a melhoria das condições de vida da sua família?
2. Quais as vantagens e desvantagens que existem em criar no Fundo de Pasto?
3. Como se dá o relacionamento e a convivência entre os criadores que utilizam o Fundo de Pasto?
4. O senhor acha que daria para viver nesta localidade sem utilizar o Fundo de Pasto? Por quê?
5. Na sua opinião, qual será o futuro do Fundo de Pasto dessa comunidade? Por quê?
6. O que o senhor acha que deve ser feito para melhorar ainda mais as condições de vida de vocês?
7. O que você entende como preservação ambiental?
8. Qual a importância da preservação ambiental para vocês que moram no Fundo de Pasto?
9. De que forma a associação tem contribuído para a melhoria da qualidade de vida da sua família?



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
CAMPUS IV – JACOBINA – BA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA
CAMPUS II – ALAGOINHAS – BA
CONVÊNIO: UNEB/ AECOFABA/ REFAISA

COMUNIDADE PAREDÃO DO LOU – MONTE SANTO – BA
ENTREVISTA COM DIRETORES DA ASSOCIAÇÃO AGRO-PASTORIL

1. Número de sócios fundadores _____ N° atual _____
2. Número total de animais pertencentes aos criadores da comunidade, que usam o Fundo de Pasto.
3. Dificuldades encontradas para a regularização do Fundo de Pasto.
4. Principal objetivo da associação.
5. Conquistas da associação.
6. Dificuldades que a associação vem enfrentando.
7. Envolvimento da associação em outros movimentos.
8. Parceiros da associação.
9. Relação com o Poder Público (Municipal, Estadual e Federal).

INFORMAÇÕES SOBRE A COMUNIDADE:

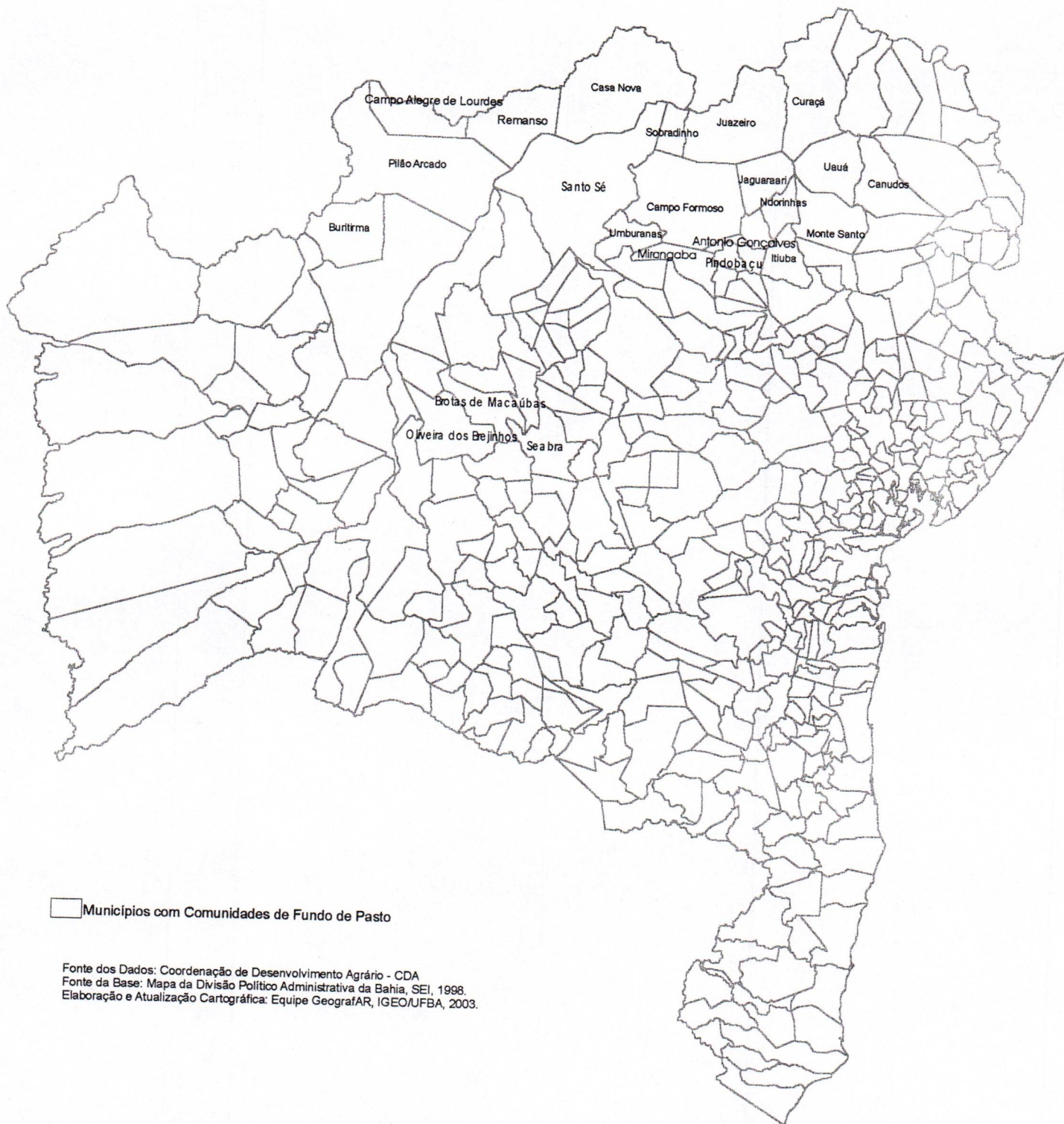
- **EDUCAÇÃO** – Número de escolas; séries de ensino; número de professores; número de alunos e grau de instrução dos professores.

- **SAÚDE** – Postos de Saúde; doenças que mais atingem os habitantes da comunidade; locais de atendimento fora da comunidade; uso de plantas medicinais (inclusive do Fundo de Pasto) como é feito o transporte dos doentes; presença da Pastoral da Saúde; agentes de saúde ou outros.
- **DIVERSÃO E LAZER** – O que fazem para se divertir; atividades de lazer que mais praticam; locais onde mais freqüentam.
- **ORGANIZAÇÕES DA COMUNIDADE** – Quais organizações existem na comunidade; como é a participação em cada uma delas; existem outras práticas comunitárias (mutirões/batalhões ou outros).
- **DIVISÃO DO TRABALHO** – Qual a principal ocupação dos adultos, crianças, mulheres, jovens e idosos.

ESTADO DA BAHIA

FUNDO DE PASTO

2003



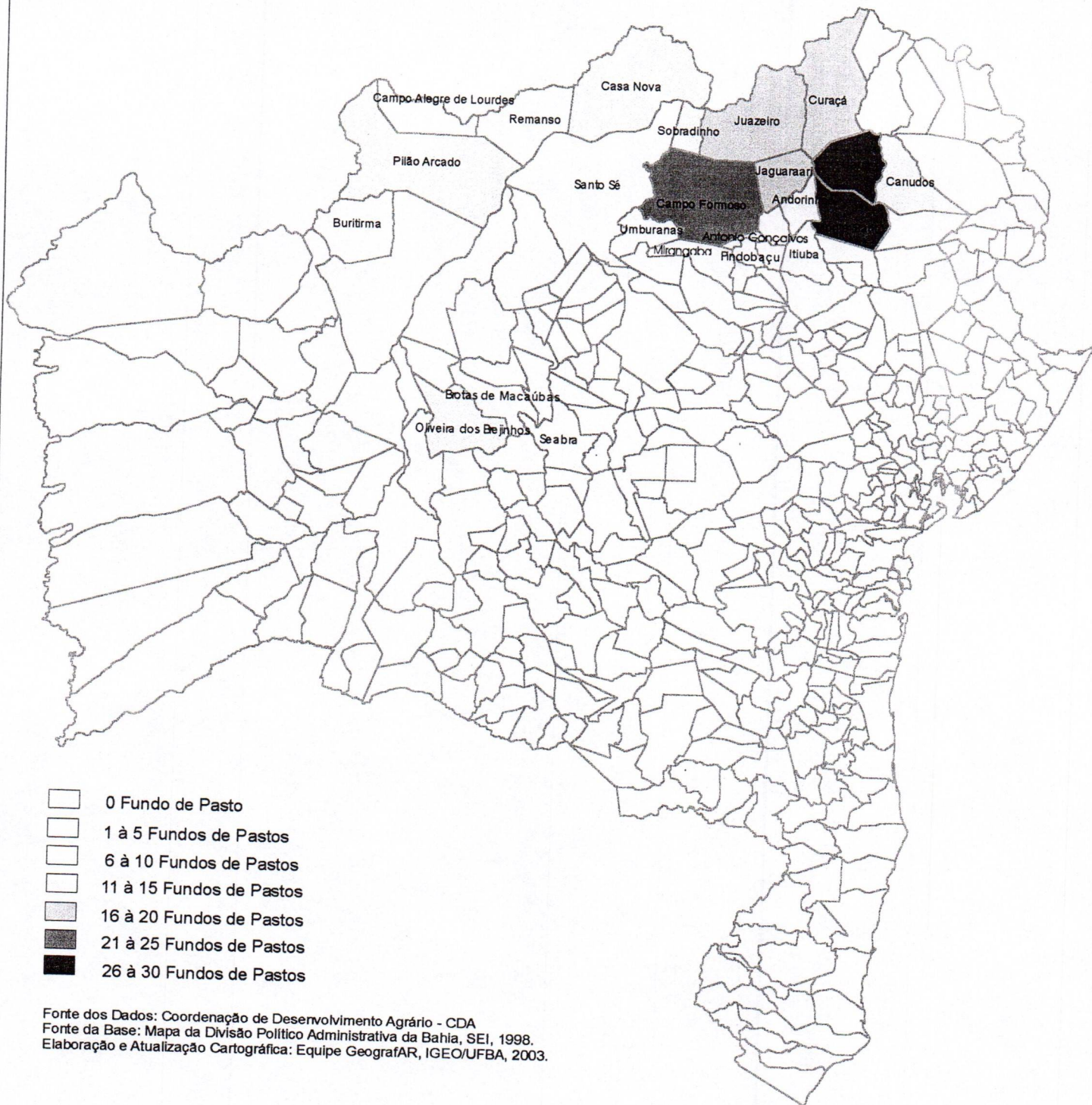
☐ Municípios com Comunidades de Fundo de Pasto

Fonte dos Dados: Coordenação de Desenvolvimento Agrário - CDA
Fonte da Base: Mapa da Divisão Política Administrativa da Bahia, SEI, 1998.
Elaboração e Atualização Cartográfica: Equipe GeografAR, IGEO/UFBA, 2003.

ESTADO DA BAHIA

FUNDO DE PASTO

2003



- 0 Fundo de Pasto
- 1 à 5 Fundos de Pastos
- 6 à 10 Fundos de Pastos
- 11 à 15 Fundos de Pastos
- 16 à 20 Fundos de Pastos
- 21 à 25 Fundos de Pastos
- 26 à 30 Fundos de Pastos

Fonte dos Dados: Coordenação de Desenvolvimento Agrário - CDA
 Fonte da Base: Mapa da Divisão Política Administrativa da Bahia, SEI, 1998.
 Elaboração e Atualização Cartográfica: Equipe GeografAR, IGEO/UFBA, 2003.



ESTADO DA BAHIA

1320 / 001-34

TÍTULO Nº 185.004

MONTE SANTO, 1990
TRONCO DO REGISTRO
HIPOTECA

RUA...
S/Nº
48.800

MONTE SANTO - BA

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, tendo em vista os dispositivos da Lei nº 3.038 de 10 de outubro de 1972, regulamentada pelo Decreto nº 23.401 de 13 de abril de 1973, com as alterações da Lei nº 3.442 de 12 de dezembro de 1975, regulamentada pelo Decreto nº 25.109 de 24 de janeiro de 1976 e considerando o que consta do PROCESSO DE ALIENAÇÃO EXCEPCIONAL nº 23/00118.688-4, outorga a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E AGRO-PASTORIL DE PAREDÃO DO LOU

o título definitivo sobre a área de 1.704 ha, 78 a, 14 ca. no lugar denominado FUNDO PASTO PAREDÃO DO LOU Município de MONTE SANTO Comarca de MONTE SANTO

com os limites e confrontações seguintes: NORTE: Antônio Rodrigues Guimarães, Condomínios Paredão do Lou- NORDESTE E ESTE: Condomínios Paredão do Lou-SUDESTE, SUL E SUDOESTE: Condomínios da Fazenda Retiro- OESTE: Fundo de Pastos Quixaba- NOROESTE: Fundo de Pastos São Gonçalo, Antônio Rodrigues Guimarães.

conforme planta e memorial descritivos anexos.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, 1º de novembro de 1990

O GOVERNADOR NILO COELHO
GOVERNADOR

O SECRETÁRIO SYLVIO SAATOS PARRA
SEC. DE AGRICULTURA, PEC. E IRRIGACAO

O DIRETOR J. A. PEDREIRA FILHO DE CASTRO
DIRETOR GERAL

Ata de Constituição da Associação Comunitária e Agro-Pastoril do Paredão Lou.

Cartório do Registro de Títulos e Documentos, Cartório do Registro de Imóveis, Monte Santo - Bahia
Compreensão No dia 28.07.85, na comunidade de Paredão do Lou, município de Monte Santo, às 10 hs, reuniu-se um grupo de pessoas abaixo no

Carvalho
Peirina de Carvalho
Advogada
OAB-Ba 11 403
CPF Nº 057 053 049-00

meadas: Jeronimo Guimaraes Rodrigues, José Renato Alves Rodrigues, José Rodrigues, José Ribeiro Soares, João Alves Soares, Idelfonso Ribeiro de Souza, José Almeida da Silva, João Gonçalves Ribeiro, José do Carmo Gonçalves Ribeiro, Izidio da Silva, Antonio Gonçalves Ribeiro, Minalvo dos Santos, Manoel Alves Ribeiro, José Ribeiro Guimarães, Osvaldo Luiz dos Santos, Elias Rodrigues Guimarães, José Ribeiro Guimarães, Joaquim Rodrigues, Bertulino Alves Soares, José Ribeiro Soares, João Alves Soares, Antonio Ribeiro Soares, Anisio Rodrigues Ribeiro, Elias Cardoso Guimarães, José Milton Ribeiro Soares; com o intuito de formar uma associação que preservará e beneficiará a gleba que vem sendo utilizada pelos componentes da comunidade para a criação de ovinos, caprinos e afins, para que unidos com um mesmo objetivo, se fortaleçam contra as intepéries. Para dirigir os trabalhos do dia foi eleito por aclamação e por unanimidade o Sr Jeronimo Guimaraes Rodrigues como presidente provisório do grupo e para secretariar a reunião, foi eleito do mesmo modo o Sr. Anisio Rodrigues Ribeiro. Neste dia ficou decidido que o agrupamento passaria a se denominar "Associação Comunitária e Agro-Pastoril de Paredão do Lou". Em seguida foi sugerido e aceito por todos, que devia se elaborar os Estatutos para que na próxima reunião sejam votados. Desde já ficou marcada uma reunião para o dia 23.08.85, no mesmo local e horário. Nada mais havendo a tratar foi lavrada a presente ata, que, após lida e achada conforme vai assinada pelo presidente da sessão, juntamente com o secretário e os demais presentes.

Jeronimo Guimaraes Rodrigues
Anisio Rodrigues Ribeiro
Milton Ribeiro Alves

Ata da sessão para a votação dos estatutos da Associação Agro-Pastoril de Paracatu do Sudoeste

Cartório do Registro de Imóveis
de Paracatu - Bahia
de São Paulo - Oficial

creawalho
Lecília Petrina de Carvalho
Advogada
OAB-Ba 11 403
CPF Nº 057 053 049-00

Data: 23.08.85 Local: Comunidade de Paracatu do Sudoeste
Município de Monte Santo, às 12:15, reuniram-se, para deliberar sobre a aprovação dos Estatutos da Associação Agro-Pastoril de Paracatu do Sudoeste, os Sr. a baixo assinados, membros da associação recém constituída: Jerônimo Guimarães Rodrigues, José Renato Alves Rodrigues, José Rodrigues, João Alves Soares, Idelfonso Ribeiro de Souza, João Gonçalves Ribeiro, José do Carmo Gonçalves Ribeiro, Isidoro da Silva, José Ribeiro Guimarães, Osvaldo Luiz dos Santos, Elias Rodrigues Guimarães, José Ribeiro Guimarães, Beteleino Alves Soares, José Gonçalves Ribeiro, João Alves Soares, Antônio Ribeiro Soares, Anísio Rodrigues Ribeiro, José Milton Ribeiro Soares, José Pensinar Guimarães Rodrigues, Valtir Ribeiro Alves e mais os representantes do Interfúria e da Lar a-baixo discriminados, que atuaram como mediadores nas discussões: Francisco Dias Borges Ribeiro (representante do Interfúria em Uauá) Graça Darling Andrade de Carvalho (Assessora da Área Social de Fundo de Pasto a nível estadual da Lar) Lorena de Araújo Melo (assessora Regional de Juazeiro Lar). Foi indicado para presidir os trabalhos, ainda como presidente provisório o Sr. Jerônimo Guimarães Rodrigues e para secretário o Sr. Anísio Rodrigues Ribeiro. Pausado início aos trabalhos, foi solicitada pelo Sr. Presidente a leitura da ata da sessão anterior, passando-se a seguir a palavra aos representantes do Interfúria e da Lar, para que apresentassem a proposta do Estatuto para a entidade, lendo-se o item primeiro para aceitar desta. Após algumas considerações procedeu-se a votação, por aclamação,

Ata da Sessão de Eleição e Posse da

Diretoria da Associação Agro-pastoril de Paredão Bon

Cecília Petrina de Carvalho
Advogada
OAB-Ba 11 403
CPF Nº 057 053 049-00

No dia 03-10-85, Na comunidade de Paredão

bon, município de São Paulo as 10 hs, reuniram-se por convocação do presidente da sessão anterior, realizada no dia 23.08-85, os ses. abaixo firmados.

para elegerem e impoosarem a diretoria fundadora da Associação Agro-Pastoril de Paredão bon. Para

presidir a reunião permaneceu a indicação de

Dr. Jerônimo Guimarães Rodrigues composta a mesa

dirigentes dos trabalhos, procedeu-se a leitura

da ata da reunião anterior, que após lida

e ~~substitua~~ aprovada, passou-se de imediato à

votação dos cargos e serem preenchidos, por

aclamação. A comunidade ficou assim

constituída a direção da associação

Presidente: Elias Rodrigues Guimarães, Secretário Aúcio

Rodrigues Ribeiro, Tesoureiro José Deusimar Guimarães

Rodrigues, Conselho fiscal Valter Ribeiro Alves, José

Ribeiro Guimarães, José Renato Alves Rodrigues, Jerônimo

Guimarães Rodrigues sendo este suplente. O presidente

provisório Jerônimo Ribeiro Guimarães, seu posse aos recém

eleitos de imediato. Nada mais havendo a

tratar, foi lavada a presente ata, que após lida e achada conforme, vai assinada pelo presidente, secretário e demais membros presentes a sessão.

Bahia
Registro de Títulos
Ofício de Registro

João Guiseppe de Jesus
 Manoel Alves Ribeiro
 João Alves Soares
 Elias Cardoso Guimarães
 Maria Ribeiro
 José Belmonte da Silva
 Bertolino Alves Joazeiro
 José Guiseppe Guimarães Rodrigues

Cartório do Registro de Títulos
 e Documentos, Anta - Santa Rita -
 Companhia de Registro de Imóveis
 Alzira Maria da Silva - Oficial

Anísio Rodrigues Ribeiro
 A cargo de José ~~Ribeiro~~ Alves Soares

Anísio Rodrigues Ribeiro
 A cargo de Antônio Ribeiro Soares

Rosas No Limão dos Santos
 Yogui Almeida de Silva

Cartório do Registro de Imóveis e Hipotecas e de Pessoas Jurídicas
 Comarca de Monte Alegre - Estado de Goiás
 Título apresentado em 18 de fevereiro de 1987
 PROTOCOLO de Livro 85 V n.º 2.201
 Livro: "8" de Pessoas Jurídicas fis. 98 à 99 n.º 41
 Ocorrência: Ator da causa para ver do Ex. Sr. A. A. de Paudo de Souza
 Monte Alegre - Go. 18 de fevereiro de 1987
 Valdegarde Cavalcanti Amador Silva
 Oficial de Registro de Imóveis e Hipotecas-Títulos e Documentos n.
 de Pessoas Jurídicas
 ALZIRA MARIA DA SILVA

ESTATUTO DA

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E AGRO - PASTORIL DE PAREDÃO DO LOU

Cartório do Registro de Títulos
e Documentos do Instituto de Regis-
tro de Imóveis da Bahia
Comarca de Monte Santo - Bahia
Alzira Maria da Silva - Oficial

TÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO, SEDE, DURAÇÃO E FINS SOCIAIS

Art. 1º - A Associação Comunitária e Agro-Pastoril de PAREDÃO DO LOU é uma Sociedade Civil por quotas, sem fins lucrativos, em que cada parte será representada por uma área rural de terras atualmente ocupada e beneficiada em comum pelos quotistas, que possuem, além desta, outra pequena área individualmente explorada com outras culturas, que neste momento cedem e transferem para a associação todo direito de uso e posse da área comum.

§ 1º - Esta área aqui cedida é originariamente pertencente ao Estado da Bahia e se encontra em fase de titulação através do Instituto de Terras da Bahia - INTERBA.

§ 2º - Cada sócio será denominado sócio quotista ficando estabelecido que o número de quotas é igual ao número de lotes doados.

Art. 2º - A Associação terá sede no Município de Monte Santo, Estado da Bahia, e duração por prazo indeterminado, tendo como finalidade o desenvolvimento sócio-econômico da comunidade que integra a localidade denominada PAREDÃO DO LOU, Município de Monte Santo, através da melhoria e preservação, exploração e fortalecimento da cultura local ou outra qualquer ação correlata e a fim.

TÍTULO II

DO QUADRO SOCIAL

Art. 3º - Comporá o quadro social da entidade, a pessoa física domiciliada na localidade onde a Associação tem sua sede e foro, e que tenha feito o aporte de sua quota parte a favor da Associação.

Cecília Petrina de Carvalho
Cecília Petrina de Carvalho
Advogada
OAB-Ba 11 403
CPF Nº 057 053 049-00

16250532/0001-17

ASSOC. COMUNITÁRIA E AGRO-PASTORIL

DE PAREDÃO DO LOU

MUNICÍPIO DE MONTE SANTO - BAHIA

§ ÚNICO - Os familiares que se ausentarem, no caso de retornarem a comunidade com a finalidade de trabalhar, poderão participar da associação nas condições estabelecidas neste estatuto.

Art. 4º - Todos os sócios poderão tomar parte das reuniões da Assembleia Geral da Associação e terão direito a um voto. Poderão também usufruir dos equipamentos que foram adquiridos e deverão concorrer com seu trabalho para a realização dos objetivos e fins da Associação.

§ ÚNICO - No caso de um dos membros da Associação comprar mais áreas individuais de outro membro da mesma, não lhe será transferido o direito de voto correspondente àquela quota na área comum.

Art. 5º - A fruição, uso ou gozo das áreas de pastagens é assegurado através do exercício tradicional de criação de animais de pequeno porte sob o regime de compãscuo, sendo vedado a qualquer associado cercar áreas, aguadas e se apropriar privativamente de equipamentos comuns a comunidade.

Art. 6º - Os associados pagarão uma contribuição trimestral para cobrir as despesas gerais da sociedade, notadamente o pagamento de tributos, como ITR, e outros bem como para a manutenção e conservação necessárias dos equipamentos e instalações comunitárias, fixadas em reunião anual da Assembleia Geral, podendo ser representada também por utilidades que correspondam ao valor da contribuição.

Art. 7º - A sucessão do sócio quotista far-se-á por ato "intervivos" ou "mortis causas", obedecendo-se o que dispuser os artigos específicos.

§ 1º - Com a sucessão "mortis causas" os direitos sobre a área condominial passarão integralmente aos herdeiros, ficando, porém, assegurado aos sucessores e que ainda não seja sócio, apenas um voto em Assembleia da Associação, exercido por um membro da família.

Advogada
Cecília Petina de Carvalho
OAB-PR 11.403
CPF Nº 057.053.049-00

16250532/0001.17

ASSOC. COMUNITARIA AGRICOLA PASTORIL

DE BARRAGEM DO LUCAS

PAZ, PAREDEÃO DO LUCAS, SIN - CASA

TELA 486-000

ENCORTE SARTO - BANHA

TELA 486-000

§ 2º - A sucessão "inter vivos" ~~operar-se-á na~~ forma, e condições estabelecidas no artigo 9º, e § único do artigo 4º.

Art. 8º - Os direitos referentes aos uso, gozo ou fruição da área con-
dominial só poderão ser exercidos por sócios quotistas, ou
sucessores nos casos específicos, quando residirem no Município e na
forma do artigo 5º.

Art. 9º - A admissão de novos sócios com direito de utilizar-se das
pastagens e das terras pertencentes à ASSOCIAÇÃO dependerá
de deliberação da Assembléia Geral e desde que seja aprovado o ingres-
so com 2/3 (dois terços) dos votos favoráveis dos presentes. Reserva-
se, entretanto, a sociedade, o direito de preferência na compra da
quota negociada.

Art. 10º - Não será permitido o direito de voto por procuração.

T I T U L O III

DA ADMINISTRAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO

Art. 11º - A administração da ASSOCIAÇÃO será exercida pelos seguintes
órgãos:

- I - Assembléia Geral;
- II - Diretoria;
- III - Conselho Fiscal.

C A P Í T U L O I

DA ASSEMBLÉIA GERAL

Art. 12º - A Assembléia Geral é o órgão máximo de administração da
ASSOCIAÇÃO e suas decisões obrigam a todos os sócios, quer
presentes ou ausentes às suas reuniões.

§ ÚNICO - Para ter direito a voto o associado deverá estar
em dia com as obrigações na associação.

Cecília Petrina de Carvalho
Advogada
OAB-Ba 11 403
CPF Nº 057 053 049-00

16250532/0001-17
ASSOC. COMUNITÁRIA AGRÍCOLA PASTORIL
DE PAREDÃO DO LÉU
FAZ. PAREDÃO DO LÉU, S/N - CASA
CEP. 48.800-000
MONTE SANTO - BAHIA

Art. 13º - A Assembléia Geral deliberará com 2/3 dos sócios quando a matéria de pauta versar sobre a aquisição alienação e gravame dos bens imóveis da ASSOCIAÇÃO e quando examinar a admissão dos substitutos legítimos dos sócios.

Art. 14º - A Assembléia Geral se reunirá por convocação da Diretoria, ou, pelo menos, quando convocada por 2/3 (dois terços) de seus sócios.

Art. 15º - À Assembléia Geral compete examinar e aprovar as contas anuais da Diretoria; eleger os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal; deliberar sobre a aquisição, alienação e gravame dos bens e imóveis da associação; deliberar sobre a dissolução e destinação dos bens da entidade; modificar os presentes estatutos; deliberar sobre a proposta da Diretoria para a exclusão de sócios da ASSOCIAÇÃO que se tenham tornado nocivos à comunidade; deliberar sobre a perda da condição de sócios daqueles que mudarem de domicílio sem deixar legítimo substituto; deliberar sobre a aceitação dos herdeiros dos sócios que se credenciarem a gozar deste qualidade; destituir a qualquer tempo a Diretoria e o Conselho Fiscal; fixar a contribuição dos sócios e aprovar o orçamento anual.

Art. 16º - As reuniões da Assembléia Geral serão convocadas com a antecedência mínima de 08 (oito) dias, devendo ser indicado a pauta de deliberações e bem assim o local onde será efetuada a sessão.

Art. 17º - A Assembléia Geral somente será realizada com a presença de 2/3 (dois terços) de seus associados, em primeira convocação; em segunda convocação com qualquer número de sócios presentes.

Art. 18º - Sempre que necessário, o ato de convocação da Assembléia Geral, deverá indicar o quorum das deliberações e as condições requeridas pelos associados para deliberarem sobre as matérias versadas.

Cecília Petrina de Carvalho
Cecília Petrina de Carvalho
Advogada
OAB-Ba 11 403
CPF Nº 057 053 049-00

16250532/0001-17

ASSOC COMUNITÁRIA AGRO PASTORIL
DE PAREDÃO DO LUIZ
FAZ. PAREDÃO DO LUIZ, S/N - CASA
CEP. 48.800-000
MONTE SANTO - BAHIA

Art. 19º - As deliberações da Assembléia Geral serão registradas nos livros de atas da ASSOCIAÇÃO, cujos termos de abertura e encerramento serão firmados pelos membros da Diretoria, e do Conselho Fiscal.

Art. 20º - A Assembléia Geral reunir-se-á ordinariamente na segunda quinzena de dezembro de cada ano para discutir, examinar e deliberar sobre as contas da Diretoria e aprovação de orçamento, e um balanço de todos os trabalhos.

C A P Í T U L O I I

DA DIRETORIA

Art. 21º - A Diretoria da ASSOCIAÇÃO será eleita pela Assembléia Geral, para mandato de 02 (dois) anos, admitida a reeleição.

Art. 22º - A eleição da Diretoria ocorrerá uma semana após a reunião ordinária de que trata o art. 20.

Art. 23º - A Diretoria será exercida por um Presidente, um Secretário e um Tesoureiro.

Art. 24º - O sistema de voto para a eleição da Diretoria será estabelecido pela Assembléia Geral.

Art. 25º - O prazo para abertura de inscrições e registro de chapas que concorram para a Diretoria será de 15 (quinze) dias, anteriores a eleição.

Art. 26º - O prazo para convocação de eleição para a Diretoria será de 15 (quinze) dias.

Art. 27º - À Diretoria compete administrar a ASSOCIAÇÃO, cumprindo e fazendo cumprir o presente estatuto; convocando as reuniões da Assembléia Geral; praticando os atos de gestão que sejam necessários ao bom desempenho da ASSOCIAÇÃO; prestando contas de seus atos à Assembléia Geral; recolhendo as contribuições dos associados.

Cecília Petrina de Carvalho
Advogada.
OAB-Ba 11 403
CPF Nº 057 053 049-00

16250532/0001-17

ASSOC. COMUNITARIA AGRO PASTORIL
DE PAREDÃO DO

FAZ. PAREDÃO EQ. 111 - CASA

CEP. 46.800-00

MONTE-SANTO - BAHIA

AV. EVERSON

Art. 28º - Nenhum cargo da Diretoria será remunerado a qualquer título.

Art. 29º - Ao Presidente compete representar a ASSOCIAÇÃO em juízo ou fora dele, podendo delegar esta representação a qualquer associado ou constituir procurador ad-judicia, e ainda:

- I - convocar e presidir as reuniões da Assembléia Geral e da Diretoria;
- II - assinar com o Secretário toda a correspondência da ASSOCIAÇÃO;
- III - firmar termos de convênios e contratos com entidades públicas e privadas;
- IV - assinar e endossar, juntamente com o Tesoureiro cheques e notas promissórias e quaisquer outros documentos que obriguem a ASSOCIAÇÃO;
- V - submeter à apreciação da Assembléia Geral a prestação anual de contas, o relatório da administração e a proposta orçamentária;
- VI - exercer a disciplina do quadro social.

Art. 30º - O Presidente será substituído em sua ausência ou impedimento pelo Secretário da ASSOCIAÇÃO.

Art. 31º - No caso da vacância do cargo do Presidente competirá ao Secretário convocar eleições para promover a substituição observado o disposto no artigo 32.

Art. 32º - Ao Secretário compete lavrar as atas e conservar atualizadas os livros e registros da Entidade; expedir e controlar a correspondência da ASSOCIAÇÃO, exercer a disciplina do quadro social, repreendendo os associados indisciplinados; praticar todos os atos da gestão da ASSOCIAÇÃO na ausência e impedimentos do Presidente.

Art. 33º - Compete ao Tesoureiro manter a contabilidade em perfeita ordem, escriturando os livros e documentos contábeis; firmando, juntamente com o Presidente, a emissão e endosso de cheques.

Cecília Petrina de Carvalho
Cecília Petrina de Carvalho
Advogada
OAB-Ba 11 403
CPF Nº 057 053 049-00

16250532/0001-17

ASSOC. COMUNITARIA AGRO PASTORIL
DE PAREDÃO DO SUL
PAZ, PAREDÃO DO SUL, BR. 100 - CASA
CEP. 48.800-00
MONTE SANTO, BAHIA

WOMIE 20110 17114

outros documentos desta natureza que obriguem a ASSOCIAÇÃO; elaborar balancetes trimestrais para exame da Diretoria e do Conselho Fiscal; e elaborar Balanço anual da ASSOCIAÇÃO.

TÍTULO IV

DO CONSELHO FISCAL

Art. 34º - O Conselho Fiscal será constituído por tres membros efetivos e um membro suplente, eleitos para o mandato de 02 (dois) anos, juntamente com a Diretoria.

Art. 35º - Compete ao Conselho Fiscal:

- I - fiscalizar a regularidade da escrita contábil da ASSOCIAÇÃO;
- II - examinar trimestralmente os balancetes elaborados pela Diretoria.

§ ÚNICO - O exercício social será encerrado em 31 de dezembro de cada ano.

Art. 36º - Os cargos de membros do Conselho Fiscal não serão remunerados sob qualquer forma.

TÍTULO V

DO PATRIMÔNIO

Art. 37º - O patrimônio da ASSOCIAÇÃO é constituído dos bens móveis e imóveis, os direitos, doações e legados de qualquer natureza que lhe forem destinadas por pessoas jurídicas, públicas e privadas, ou pessoas físicas, nacionais e internacionais.

Art. 38º - Os recursos financeiros da ASSOCIAÇÃO produzidos pela contribuição dos associados, e bem assim as doações recebidas de qualquer origem, serão empregadas conforme os fins que sejam destinados pela Assembléia Geral.

Art. 39º - As terras da ASSOCIAÇÃO destinadas a pastagem, aguadas, criação e exploração das atividades da caprinocultura são inalienáveis.

Cecília Petrina de Carvalho
Advogada
OAB-BR 11 403
CPF Nº 057 053 049-00

16250532/0001-17

ASSOC. COMUNITÁRIA AGRO PASTORIL
DE PAREDÃO DO IJUÍ

FAZ. PAREDÃO DO LOU. SIN - CASA
DE PAREDÃO DO IJUÍ

DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 40º - A ASSOCIAÇÃO somente poderá ser dissolvida por deliberação de Assembléia Geral, convocada extraordinariamente para tal fim, e por aprovação pelo menos dos votos de 2/3 (dois terços) de associados presentes.

Art. 41º - A ASSOCIAÇÃO também será dissolvida se ocorrer a perda total do seu patrimônio.

Art. 42º - Na hipótese de dissolução da ASSOCIAÇÃO o seu patrimônio será destinado a Entidade de Idênticos fins e natureza.

Art. 43º - Os membros da ASSOCIAÇÃO não responderão solidariamente pelas obrigações que contraia a Entidade.

Art. 44º - Os casos omissos e as dúvidas que surjam na interpretação destes Estatutos serão resolvidos pela Assembléia Geral.

Art. 45º - Estes Estatutos entrarão em vigor, em relação aos seus associados, quando de sua aprovação pela Assembléia Geral de constituição, e em relação a terceiros, após o seu registro no Cartório competente.

Art. 46º - O presente Estatuto, juntamente com o memorial descritivo das propriedades cedidas à ASSOCIAÇÃO pelos sócios fundadores, e bem assim a relação nominal destes, serão transcritas no livro de atas da ASSOCIAÇÃO.

Roberto Guimarães

Renato Alves Rodrigues

Gerônimo Guimarães Rodrigues

Eliar Rodrigues Guimarães

Yeni Rosemaria Guimarães Rodrigues

Walter Gregório Gomes

creancinha
Cecília Petrina de Carvalho
Advogada
OAB-Ba 11 403
CPE Nº 057 053 049-00

16250532/0001-17
ASSOC. COMUNITÁRIA AGRO PASTORIL
DE PAREDÃO DO I. OU

Elisabeth Ruffenay
OAB-BA - 5633
CPF - 058 199 895-20

CSC No 023 023 010
OAB-Ba 11 403

ASSOC. COMUNITÁRIA AGRO PASTORIL

Cbt - 028 100 802-50

EXTRATO DO ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E
AGRO-PASTORIL DE PAREDÃO DO LOU

DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO E FINS SOCIAIS : ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E
AGRO-PASTORIL DE PAREDÃO DO LOU, COM SEDE E FORO NO MUNICÍPIO DE
MONTE SANTO, É UMA SOCIEDADE CIVIL POR QUOTAS, SEM FINS LUCRATIVOS,
EM QUE CADA PARTE SERÁ REPRESENTADA POR UMA ÁREA RURAL DE TERRAS,
ATUALMENTE OCUPADA E BENEFICIADA EM COMUM PELOS QUOTISTAS, MAS QUE
TRANSFEREM PARA A ASSOCIAÇÃO.

DURAÇÃO : TEMPO INDETERMINADO.

ADMINISTRAÇÃO : ASSEMBLÉIA GERAL, DIRETORIA E CONSELHO FISCAL, ESTES
COM MANDATO DE 02 (DOIS) ANOS.

DO PATRIMÔNIO : CONSTITUÍDO DOS BENS MÓVEIS E IMÓVEIS, OS DIREITOS,
DOAÇÕES E LEGADOS DE QUALQUER NATUREZA, DEVENDO SER REVERTIDO PARA
ENTIDADES DE IGUAIS FINS E NATUREZA EM CASO DE DISSOLUÇÃO.

DA DISSOLUÇÃO : PODERÁ SER DISSOLVIDA POR DELIBERAÇÃO DE 2/3 (DOIS
TERÇOS) DA ASSEMBLÉIA GERAL CONVOCADA PARA TAL FIM.

DA REFORMA DO ESTATUTO : QUORUM DE 2/3 (DOIS TERÇOS) DOS ASSOCIADOS.

MONTE SANTO, 3 de outubro de 1985

Elias Rodrigues Guimarães

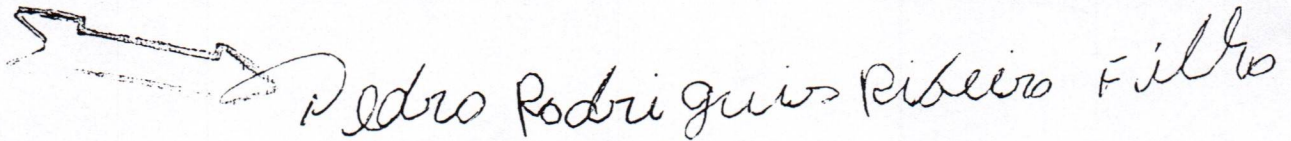
16250532/0001-17
ASSOC COMUNITARIA AGRO PASTORIL
DE PAREDÃO DO LOU
1A7. PAREDÃO DO LOU, SP - CASA
CEP. 48.800-000
MONTE SANTO - BAHIA

Cecília Petrina de Carvalho
Advogada
OAB-Ba 11 403
CPF Nº 057 053 049-00

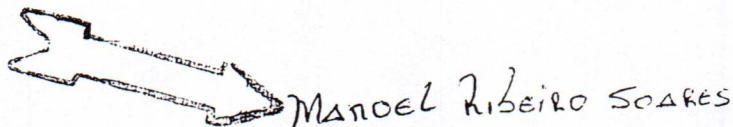
048-Ba 11 403

**ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA PARA ELEIÇÃO E POSSE DA
DIRETORIA DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E AGRO-PASTORIL DE
PAREDÃO DO LOU, CNPJ Nº 16.250.532/0001-17.**

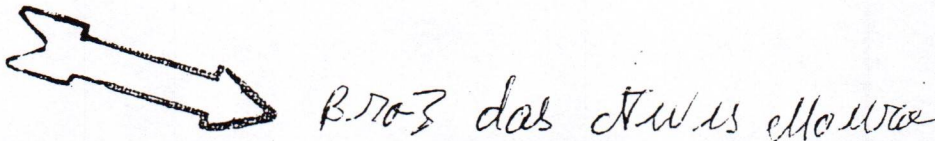
Aos primeiro dia do mês de abril do ano de dois mil e três, no centro comunitário, localizado na fazenda Paredão do Lou Município de Monte Santo. Se reuniram os sócios da Associação Comunitária e Agro-Pastoril de Paredão do Lou, às dez horas para elegerem, empossar e incluir novos sócios na associação. Foi feito a prestação de contas e foi aprovada por unanimidade, procedeu-se a eleição ficando eleito por unanimidade os senhores: Presidente: Pedro Rodrigues Ribeiro Filho; Vice-Presidente Elias Rodrigues Guimarães; Primeiro Secretário: Manoel Ribeiro Soares – Segundo Secretário Fátima R. Guimarães; Primeiro Tesoureiro: Braz Moura das Neves – Segundo Tesoureiro Pedro Ribeiro Suzano; Conselho Fiscal: Bertolino Alves Soares, José Almeida da Silva, José Romualdo Rodrigues Ribeiro, Geraldo Alves da Silva. Em seguida todos foram empossados e o presidente passou o cargo ao novo presidente, depois aconteceu à votação para inclusão de novos sócios, são eles: Uelton Barbosa Ribeiro, Fabio de Andrade Rodrigues, José Albino Andrade dos Santos, José Milton Suzano Ribeiro, Alexandro Alves Ribeiro, Casemiro Constantino Peixinho, José Barbosa dos Santos Gilmar Ribeiro de Soares, todos foram aprovados por unanimidade. Nada havendo mais nada a tratar, foi lavrada a presente Ata que depois de lida e aprovada será assinada por todos os presentes. Fazenda Paredão do Lou, Município de Monte Santo –Bahia, primeiro de abril de dois mil e três.



**Pedro Rodrigues Ribeiro Filho
Presidente**

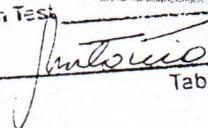


**Manoel Ribeiro Soares
Secretário**



**Braz Moura das Neves
Tesoureiro**

SELO DE AUTENTICIDADE SELO DE AUTENTICIDADE SELO DE AUTENTICIDADE
Reconhecimento como verdadeira(s) firma
assinada(s) com o(s) selo(s)
Fé.
Monte Santo (BA) em 01 de Abril de 2003 Nº 80 254870

Em Teste

Tabellião

Cartório do Registro de Imóveis e Documentos, Cartório do Registro de Imóveis e Hipotecas, Campos do Monte Santo – Bahia